



---

**Sr.(a). Conselheiro(a)**

Convoco V.S<sup>a</sup>. para a **44ª Reunião Plenária Extraordinária, que se realizará no dia: 16/01/2015 – sexta-feira às 09 horas.**

**A reunião será realizada** na Secretaria do Verde e do Meio Ambiente – SVMA  
na Rua do Paraíso, 387 – térreo - Paraíso.

**PAUTA**

**Expediente:**

- I. Sugestão de Inclusão de Pauta.

**Ordem do dia:**

- I. Apresentação e Deliberação sobre Edital FEMA 10/2013 – “APOIO ÀS POLÍTICAS DE INCENTIVO A SISTEMAS PRODUTIVOS DE MENOR IMPACTO AMBIENTAL”.
- II. Apresentação e Deliberação do Relatório Anual de Atividades do FEMA/CONFEMA;

**Anexo:**

- Parecer Técnico – projetos candidatos a financiamento pelo Edital FEMA 10/2013 de número: 01 e 05.



**Ellen Simonini:** Ellen Simonini do DPP. Bom dia, hoje é dia 16/01/2015. Vamos iniciar nossa 44ª Reunião plenária extraordinária. Passo agora a fala para o nosso presidente, Secretário.

**Secretário Wanderley do Nascimento:** Bom dia a todos e a todas. Vou começar a falar aqui, rápido, que já está meio atrasado. Bom, antes de qualquer coisa, eu gostaria de apresentar aqui, para quem ainda não conheceu, a nossa nova coordenadora do DPP, que é a Claudete. Na verdade, a Claudete é uma conhecida nossa aí, de longa data. Trabalhou também com a gente no governo da Luiza Erundina, e depois abandonou a gente e foi para a Itália. E agora está voltando aí para nos ajudar mais uma vez. Seja bem-vinda aí, Claudete. Bom, vou falar rapidamente. Sempre eu faço alguns informes aqui. Aproveito esses fóruns para isso. O informe que eu tenho a dar aqui, o último, que eu acho interessante, porque a maioria deve estar acompanhando, é que a questão das sacolinhas plásticas. Para não ter muita dúvida. Bom, a sacola plástica, como todo mundo já conhece, ela vem sendo judicializada já há algum tempo. E a gente achou por bem, nesse momento, ao invés de simplesmente acatar a legislação com base na proibição, a gente resolveu fazer do limão uma limonada. Ou seja, permitida a sacola, desde que se use com um determinado fim, para um determinado uso. Então as sacolinhas, daqui para frente, a partir do dia 5, e que talvez essa data se prolongue um pouco, porque os fabricantes de plástico estão achando um tempo muito curto para adaptação do maquinário. Mas a ideia é colocar sacolinhas plásticas verdes. Essas sacolas vão ser retornáveis, e não mais irão para o aterro. Que essas sacolas vão ser recicladas também. Então essas sacolas iriam para as centrais de triagem, para acomodar aí, os materiais recicláveis. Em um segundo momento, vai ter a sacola cinza. Que é do mesmo tamanho da verde, mas para os inservíveis. E a marrom, para orgânicos. Então com base nessas três cores, vai se desenvolver todo um trabalho também, de educação ambiental. Essas sacolinhas vão ter, em um dos lados, todo um informe da prefeitura, que pode ser mudado de acordo com o momento que estiver vivendo, de interesse da população e de todos. Eu acho que vai ser um ganho aí, para a cidade de São Paulo. Até porque a ideia é universalizar a coleta seletiva, até 2016, na cidade de São Paulo. Quer dizer, a gente espera que ao final de 2016, toda a cidade tenha coleta seletiva. Então, claro, a sacolinha verde, ela vai ser um importante instrumento aí, para isso. Uma ferramenta para isso. Contudo, não é muito fácil esse tipo de implantação. Há que se compatibilizar os interesses. Você tem, de um lado, a Associação de Supermercados, e do outro lado os fabricantes de plástico, e nós sentamos em uma mesa várias vezes, e conseguimos, a contento, sair aquele decreto. E agora a resolução que foi publicada ontem ou anteontem, se eu não me engano. E sempre vai ter alguém que não está totalmente satisfeito. Mas vamos aguardar os próximos dias. Eu acredito que vai prosperar. Eu acho que a grande discussão está na questão da matriz. O sindicato dos plásticos fez uma observação, que nós estávamos satanizando a matriz energética fóssil. Eu falei: não, não se trata disso. Ninguém quer satanizar ninguém, aqui. O que a gente está querendo é colocar para a sociedade que têm alternativas no planeta. E que essa alternativa, um dia, ela vai ter que ser implantada. Até porque a matriz energética do fóssil, ela não é renovável. Então isso... Agora, quando vai ocorrer isso, ninguém sabe. Então eu fui muito nessa linha, na defesa de alternativas. Em algum momento tem que ser colocada mesmo. E é irreversível. É muito mais para você sinalizar para o futuro, do que para resolver, claro, agora, imediatamente. Não se trata disso. Então a grande discussão que se deu foi essa: um lado das indústrias não queria mexer na fonte, nós queremos sempre colocar uma base, pelo menos um híbrido. Uma quantidade X de vegetal, e uma parte de petróleo. A turma do petróleo, claro, queria tudo petróleo. E a gente chegou aí, em um consenso, então... a gente estabeleceu uma meta que no tempo, a gente chegar no 100% vegetal, mas sairíamos daqui agora, com 50%. Foi o que a gente conseguiu nas diversas mesas de negociação. Mas eu acho que foi um ganho, pela maneira como a gente está enxergando a sacolinha. Eu acho que vai ser uma importante ferramenta aí, de educação ambiental. Eu acho que eu já falei com vocês a respeito daquelas duas datas. Está bastante avançado aí, a organização da



Conferência. Eu acho até que é importante, no momento adequado... pensei isso semana passada, de se fazer uma explanação aqui, no CONFEMA, da organização, como vai ser, e sugestão aqui, deste fórum, na organização. O ponto focal da Secretaria para essa Conferência das Metrópoles vai ser o Leandro. Então, todos que quiserem alguma informação a respeito, podem procurar o Leandro, que ele já está engajado nesse processo. O Leandro deve estar indo para a pré-conferência em Santiago do Chile, no final de fevereiro. Ela vai ser preparatória já para a grande conferência de São Paulo, de junho. No mais, vamos dar início aos trabalhos, com a apresentação agora, da Simone. Você que vai apresentar, Simone? Do Domingos.

**Ellen Simonini:** Antes, eu só vou perguntar se tem alguma sugestão para inclusão de pauta nessa reunião. Cristina.

**Cons. Cristina Antunes:** Bom dia. Bom dia, Secretário. Eu queria solicitar a inclusão de pauta de um assunto que me foi solicitado, uma informação que me foi solicitada por um jornalista da Folha de São Paulo a respeito da aplicação de 20... Estou dando os dados que ele me passou. 93 milhões que eram da inspeção veicular, que estariam no caixa do FEMA no começo de 2014. E ele pergunta também, Secretário, se há uma avaliação por parte dessa Secretaria de quanto se deixou de arrecadar pela suspensão da inspeção veicular, e se existe um balanço do prejuízo que houve em termos ambientais, por conta da suspensão? Outra coisa que eu queria solicitar... saiu recentemente no jornal que um dos itens do PDE que ainda depende de regulamentação é o pagamento por serviços ambientais. E diz o jornal, diz o repórter, que isto cabe a esta Secretaria. Que isso está sendo tratado. Então eu queria informações sobre como é que está essa regulamentação, porque isso daqui tem sido uma consulta frequente lá nas associações da região sul. E isso, eu queria recolocar em pauta dois assuntos anteriores. Dois pedidos anteriores. Mais para a Ellen que estava acompanhando isso. Sobre uma prestação de contas da AMLURB, sobre a verba que foi destinada aos ecopontos, e principalmente à CET, sobre a verba aplicada nas ciclovias. E eu peço licença, Secretário, para antecipar um outro assunto. A gente está vendo a catástrofe que está acontecendo em São Paulo por conta das chuvas. Nós apresentamos... Na verdade apresentamos informalmente, ao Helgis, quando estava lá na Uma Paz, uma proposta de projeto que eu gostaria de colocar em discussão aqui, para incluir como tema dos editais do FEMA. A gente sabe que a prefeitura não tem condição de monitorar toda vegetação de São Paulo. E nós estamos tendo mortes por conta de falta desse monitoramento. Houve uma administração que contratou o IPT. O IPT fez levantamentos em algumas regiões da cidade, e havia necessidade, pelo menos lá na região de Santo Amaro, de remoção de mais de mil árvores. Isso não foi feito, não foi executado. Quando chega a ponto de uma árvore precisar ser removida, é porque ela já não foi tratada antecipadamente. Senão, não chegaria nisso. Nós temos uma proposta que eu gostaria de submeter que é de criar um programa que permita o acompanhamento pela sociedade civil. A gente sabe que há moradores que acham que árvore é um transtorno. Mas é minoria. Realmente é minoria. E a gente gostaria de considerar, Secretário, a possibilidade dos próprios moradores, ou na sua calçada, ou na frente, ou ao longo da calçada na frente da sua casa, serem responsáveis pelo monitoramento. Não é manejo. É monitoramento. Aliás, poderia até ser manejo básico. Tirar um galho ladrão, tirar o protetor que já está enferrujado, já está impedindo o crescimento da árvore, e alertar as subprefeituras nos casos mais críticos, mas tendo credibilidade para isso. É um tipo de fé pública, mas que não vai resultar em nenhuma intervenção mais grave. O nosso projeto está montado, está detalhado como é que isso seria feito, mas obviamente, depende de uma verba para as entidades contratarem agrônomos, ou técnicos em meio ambiente para dar essa assessoria. Eu gostaria de perguntar se seria possível a gente submeter esse embrião de projeto aqui ao FEMA, para considerar um edital que contemple isso. Se a gente conseguisse disseminar isso pela cidade, por um lado, você consegue uma responsabilização muito maior dos moradores com relação ao bem público, e por outro lado, alivia essa pressão sobre as subprefeituras e sobre a própria Secretaria. Eu tenho na porta da minha casa, uma árvore morta. Declarada morta. Que depende de uma aprovação aqui dessa



Secretaria, para remover. Então haveria necessidade, há necessidade de uma reconsideração desses procedimentos para a gente evitar essas catástrofes, e por outro lado, para garantir que a nossa vegetação não morra por falta de tratamento.

**Ellen Simonini:** Bem, como praxe, as inclusões vão ficar para o final. Essas respostas eu já anotei para não atrasar o andamento das nossas reuniões. No final, nós retomamos ao que foi solicitado aqui, que foi feito.

**Secretário Wanderley do Nascimento:** Não. Mas tem uma observação da Cristina que vale a pena colocar. Cristina, é pertinente sim, o que você está colocando. Inclusive ontem teve a primeira reunião nossa, para montar uma comissão intersecretarial para este assunto. Ainda que a responsabilidade das APAs, no viário seja de responsabilidade das subprefeituras, a Nádia Campeão, ela está entendendo que a Secretaria do Verde, ela tem que comandar esse processo de controle. Então ontem teve essa discussão, ela vai amadurecer mais um pouco, mas a comissão já foi dada. Já foi montado. E nada impede de você fazer essa proposta, que é muito pertinente, claro, é tudo o que a gente quer. Envolver a sociedade nesse processo, que eu acho que é a única forma de dar conta dessa enorme demanda. Gostaria de frisar também que esse assunto que está na pauta do dia, eu acho ainda que não teve nem a discussão ainda, adequada, nem... o assunto é muito mais complexo do que a gente pensa. Eu não vi nada, ainda, de consequente, até agora, de discussão. Até porque nós tivemos uma experiência aqui, já, na prefeitura de São Paulo, de se fazer um diagnóstico. Eu mesmo estou, pessoalmente, fazendo esse levantamento, ver diversas tecnologias que têm no mundo, para fazer o diagnóstico. Agora, vamos combinar: se um médico não consegue dar conta de fazer um diagnóstico para nós mesmos, que é uma confusão, e geralmente acontece uma série de bobagens por aí, você imagina em relação às águas. Eu não vou aqui citar nome de empresa, mas teve um caso que foi feito um piloto no Ibirapuera, e aquele ipê enorme, maravilhoso, ele estava no laudo, dando como uma árvore que não ia cair. Ele estava ótimo. Em perfeito estado de saúde. E ao quebrar o ipê, acho que vocês perceberam o que estava acontecendo no meio do caule. Ele estava completamente podre. Então é muito complexo. Ah, você não vai fazer o diagnóstico, a prefeitura? Qual diagnóstico? Qual tecnologia? Qual a firmeza dessa tecnologia? Eu estou vendo a tecnologia canadense, tem tecnologia belga, tem tecnologia alemã, mas é muito mais complexo do que a gente imagina. A outra complexidade também é você exigir de um agrônomo, a olho nu, que ele diga: não, essa aqui você pode cortar, que provavelmente ela vai cair. É a mesma coisa de você pedir para um médico assim: eu estou doente, doutor? Eu acho que você está. Então essa discussão não é tão fácil assim. Então essa proposta da Cristina, eu acho que ela vem de encontro, porque eu acho que só vai resolver com esse acompanhamento diuturno. E quem tem que fazer esse acompanhamento... Nós não temos perna para isso. Tem que envolver a sociedade, sim. Até dela também, não só observar, como cuidar, acompanhar, enfim... Agora, de alguma maneira, nós vamos ter que fazer esse diagnóstico. Pelo menos com um número que o agrônomo pelo menos faça uma seleção do tipo: olha, das 650 mil, que é o inventário... eu estou falando tudo por hipótese, viu gente... por hipótese é 10%, ao olhar do agrônomo vai ter algum problema. Então essas, alguma coisa vai ter que ser feita. Agora, daí, se o resultado vai ser satisfatório ou não, não se sabe. Pelo menos, de toda essa tecnologia que eu vi até agora, eu não tenho firmeza de nenhuma delas. A última, mais firme que eu tive, foi essa do Ibirapuera, que eu até achei muito interessante. Que ela é diferente das outras. De inclusive, ela fazer um raio-X também, das raízes. Mas aconteceu esse problema. O ipê está lá. Foi para o chão. E no relatório deles, era uma árvore sadia. Então é muito mais complexo do que isso. Outra coisa que nós temos que tomar muito cuidado é não entrar nessa discussão que a Cristina colocou. Assim, bom, então árvore não é tão bom assim. Isso pode começar... É. Pode começar a ficar impregnado no inconsciente. Ora, se ela me dá tantos problemas, ela não é tão boa assim. Tem que tomar muito cuidado com isso. Divulgar isso cada vez mais. Outra coisa que a imprensa também não publica, por que essas árvores estão caindo? Primeiro que nós estamos em uma cidade chamada São Paulo. Nós temos uma gama de adversidades enorme em relação ao solo, às condições,



enfim. Isso ninguém fala. Quer dizer, o solo aqui, na sua maioria, nem apropriado é para determinada espécie. Só que esse plantio foi feito aleatoriamente ao longo dos anos. Tem poda de árvore aí, por conta da Eletropaulo, que ela é podada pela metade. Eu já vi várias assim. Vocês também devem ter visto. Óbvio que uma hora ela vai cair. Então essas adversidades têm que ser apontadas, e a gente enquanto gestor público ligado ao meio ambiente, temos que ter um discurso muito afinado. Nessa questão da poda, nós temos que falar é o contrário. A Eletropaulo é que tem que enterrar os fios. Não podar as árvores. Então tem que começar a criar massa crítica nessa discussão. Porque senão, nós vamos ficar com a mesma pecha da questão da água. Que é crucificar o São Pedro. Que foi o que eu disse na revista Época. Que a imprensa estava prestando um grande desserviço. Está ficando cada vez mais clara para a população que quem abastece os mananciais, os reservatórios, é a água da chuva. É uma mentira. A chuva é um regulador. Mas é isso que está ficando para a população. Tem que tomar muito cuidado, também, para não ficar essa pecha aí, que a árvore não é tão boa assim para as cidades. E aí, eu acho que a responsabilidade aqui é nossa, de fazer essa divulgação, massiva. Mas vamos deixar para o final do ponto de pauta, mas eu já coloco de pronto, que essa questão aí, das árvores, para mim, é prioridade zero fazer essa discussão.

**Ellen Simonini:** Então, continuando a nossa ordem do dia, nós temos apresentação e deliberação sobre o edital FEMA 10, apoio às políticas de incentivo a sistemas produtivos de menor impacto ambiental. Será feito pela Simone, pela CAV e pelo Domingos.

**Domingos:** Bom dia a todos e a todas. Eu sou Domingos, sou do DEPAVE 8. A gente vai fazer a apresentação do FEMA 10, e eu vou só começar, iniciar, dando uma introdução. E depois a Simone vai apresentar mais detalhadamente a proposta. O FEMA 10, ele vem... O nome, o título, na verdade, é o Apoio às Políticas de Incentivo a Sistemas Produtivos de Menor Impacto Ambiental. Aqui a gente colocou uma foto introdutória da zona rural da cidade de São Paulo. É na zona sul. E é muito importante que a gente perceba que assim como o PDE, hoje, retomou isso, e reconheceu que a cidade de São Paulo tem uma zona rural. E essa zona rural, ela é a área mais ambientalmente saudável da cidade. Diferente da mancha urbana, extremamente caótica, e precisando, mesmo, de uma gestão ambiental um pouco melhor. A gente colocou essa foto até para mostrar que essa área, a zona rural, é extremamente importante para a cidade. Extremamente importante para o poder público municipal. E toda ideia presente nesse FEMA 10, é de preservação dessa área rural, com caráter rural. Por quê? O caráter rural garante a essas regiões, serviços ambientais para a cidade, muito melhores. Então a nossa ideia, com o FEMA 10, é evitar que a mancha urbana se estenda para a parte rural da cidade, de uma forma extremamente caótica, sem planejamento, e comprometendo toda a qualidade ambiental do município. Então a ideia é fazer com que a zona rural permaneça rural, e se desenvolva ao mesmo tempo. Uma das atividades que são desenvolvidas na zona rural é a agricultura. Normalmente familiar, porque são pequenas propriedades. São Paulo não tem grandes latifúndios. São pequenas propriedades de agricultura familiar. Mas que pratica uma agricultura, ainda, convencional. Com uso de agrotóxicos, de fertilizantes, de insumos químicos que comprometem a qualidade do solo, da água, a qualidade ambiental da zona rural. Então, a ideia do FEMA 10 é contribuir para que haja uma transposição. Uma transferência da agricultura tradicional, da agricultura convencional, para a agricultura agroecológica. Para uma agricultura mais orgânica, com uso menor de insumos químicos, cuja atividade econômica seja capaz de proteger o meio ambiente e causar o menor impacto possível. Como a agricultura é uma atividade econômica, toda atividade econômica, ela segue um ciclo. Ela tem uma cadeia. E essa cadeia, ela é contínua. Não existe uma fissura em nenhum dos passos, em nenhum dos itens dessa cadeia, porque senão, ela é interrompida, e não se torna mais viável, economicamente. A agricultura também é uma atividade econômica. E a agricultura orgânica também é uma atividade econômica dentro da agricultura. E aí, a gente colocou um pouquinho da cadeia produtiva da agricultura ecológica, como forma de manutenção de uma rede coletiva de agricultores familiares. A agricultura orgânica, ela é feita em pequenas propriedades. Ela é menor do que a produção em larga escala, de produtos agrícolas, ou agropecuários.





Porque ela é feita em menor escala, ela precisa que esses agricultores se reúnam coletivamente, até para alcançar o mercado, e efetivamente, realizar a atividade econômica. Então começa, primeiro, com um planejamento da produção, através de insumos que são diferentes, sementes também diferentes, a mão-de-obra precisa ter uma capacitação diferenciada, e equipamentos. Depois, o manejo agrícola, que é extremamente importante, que é o tratamento do solo, o plantio, e a manutenção da produção agrícola. É extremamente importante a compreensão desse manejo agrícola. Porque ele faz toda a diferença nessa transição da agricultura convencional para a agricultura ecológica. Depois vem a colheita, técnicas de armazenamento e beneficiamento da produção. Que é preciso... Também é diferenciada da agricultura convencional. O transporte da produção para o mercado consumidor, portanto... também é diferenciado, mesmo porque, como eu falei, são pequenas propriedades. Então, normalmente, a gente tendência para que eles realizem essa comercialização em rede, o coletivo. E que eles possam atingir o mercado coletivamente. A distribuição, estratégias de comunicação, porque é um novo produto. Com aspectos diferenciados. Então é preciso que haja uma reeducação do consumidor, para que ele seja convencido a consumir aquele tipo de produto. Depois a comercialização direta e indireta. Através de feiras, que é o mais comum. Feiras, mercados. Mas também através da promoção de cestas agendadas, eventos, vendas online, várias estratégias de comercialização, para que esse produto tenha escoamento para realizar a atividade econômica. E depois, o investimento na produção. Nesse investimento na produção, também a gente pode traduzir isso como um investimento na rede produtiva. Eles precisam se conscientizar, cada vez mais, os agricultores, que eles precisam, coletivamente, alcançar esse mercado. Se eles não alcançam o mercado coletivamente, está fadado ao fracasso da atividade econômica do empreendimento. E isso gera, portanto, uma terra ociosa, o que permite essa situação, em que ocupações irregulares, que é na área de mananciais, ocupações irregulares, vão tomando espaço onde antes eram propriedades rurais, com características rurais. Então você passa a ter pequenos núcleos, dentro da zona rural, de expansão urbana, de péssima qualidade, sem o menor planejamento, porque é inadequada e não prevista. Não planejada. Então é muito importante que a gente compreenda que o FEMA 10, ele está inserido dentro de uma atividade econômica. Ele está buscando se inserir dentro de uma atividade econômica. E essa atividade econômica tem um ciclo, e tem uma cadeia. E é toda a cadeia que precisa ser vista. Por mais que alguns projetos sentem fogo. Se concentrem. O foco deles seja uma parte da cadeia produtiva, mas se referencia na cadeia inteira. Porque se não se realiza a cadeia, você não tem o sucesso do empreendimento, e aí, está fadado ao fracasso toda tentativa de estimular a transposição da agricultura convencional para a agricultura ecológica.

**Simone:** Bom dia a todos. Meu nome é Simone. Eu sou do DEPAVE 8, e sou gestora da APA Capivari Monos, que é um grande fragmento de mata atlântica, que é produtor de água, e é onde já recebeu diversos benefícios de projetos, inclusive ligados à agricultura agroecologia. Podemos até afirmar que graças aos editais do FEMA, a gente tem um processo de transição agroecológica e agricultores certificados, orgânicos, na região. Porque foi através da vinda dessas instituições de grande nome na área de agroecologia que a gente consegue ter essa transformação. Então como muito bem o Domingos colocou, a gente fomentar, financiar, subsidiar projetos que consigam proteger aquela primeira paisagem que a gente colocou, que é aquelas áreas de agricultura, é a melhor forma, inclusive, da gente conseguir cuidar das águas de um município, de uma cidade, que está passando por uma escassez hídrica. E não só com a criação de parques, mas essas áreas agricultáveis, elas formam barreiras. E se elas conseguem proteger o ambiente, os recursos naturais, elas também conseguem não deixar esse espraiamento urbano chegar. E o interessante da agricultura familiar é que ela carrega em si, características, já, de proteção ambiental. Então ela tem baixa densidade populacional, ela faz a manutenção dessa paisagem, e até mesmo das dinâmicas culturais e sociais desse ambiente. Através dessa atividade econômica agrícola, ela nucleia uma série de ações dentro de um território rural, que fomenta a manutenção dessas áreas protegidas.



E o interessante diante de tudo isso é que é uma atividade privada, onde você tem uma unidade trabalhando economicamente, mas que ela consegue extrapolar para a esfera das políticas públicas, e na verdade, temos guardiões de serviços públicos naquele local. Então, é um tipo de atividade que, ao mesmo tempo, ela traz um benefício particular, mas esse particular está dentro de uma rede de agricultores, e extrapola para salvaguardar os nossos bens naturais. Se a gente está respirando nessa sala, e se ainda tem água saindo da torneira, é graças a existir essa área, e existir esses agricultores. Então a gente teve um questionamento, a gente vai falar agora sobre o edital do FEMA 10, e o questionamento foi exatamente relacionado à comercialização e à logística. Então assim, essa nossa fala introdutória é para falar exatamente o seguinte: se a gente tem aquele ciclo, toda aquela cadeia, nós temos que fomentar todo aquele ciclo. A gente não consegue fomentar só uma parte, porque senão, você não consegue fazer andar tudo o mais. Quando a gente está ali no território, chega nos agricultores, na hora que você vai falar de um manejo diferente, imagina uma coisa que ele, desde a infância aprendeu a usar os insumos químicos, ao invés de carpir, jogar ali o mata-mato, para conseguir segurar as braquiárias, qualquer tipo de vegetação invasora, que está entrando na horta, ou por fogo. Você chega e fala assim: não, existem outras formas. A primeira coisa que ele questiona é, mas e aí, no final das contas, eu vou conseguir comercializar esse outro tipo de manejo que eu vou fazer? Então é muito importante, quando a gente chega no agricultor, a gente conseguir fomentar e chegar no processo de comercialização. E esse FEMA 10, ele é, na verdade, um aprimoramento de outros projetos, que sim, fomentaram a comercialização. Fomentaram a certificação, e até mesmo feiras como a Feira do Ibirapuera, a Feira do Parque Burle Marx, elas foram consequências diretas desses editais que já aconteceram. Então se a gente olhar para os objetivos específicos do edital do FEMA 10, ali destacando alguns núcleos, então, primeiro, é capacitar os agricultores para minimizar os impactos ambientais. Então é essa propriedade privada conseguir auxiliar toda a cidade na proteção desses recursos naturais. Garantir que tenha qualidade orgânica, ou seja, que você tenha um manejo livre de agrotóxicos e afins. Uma alternativa de geração de emprego e renda para permanência. Então se a gente quer água, se a gente quer a preservação da mata atlântica, a gente quer que esses agricultores permaneçam. E cada vez mais, com o espraiamento da... não só da expansão urbana, mas também de uma série de coisas que vêm junto com essa situação urbana, a gente tem um êxodo. E orientar os agricultores a como praticar esse manejo orgânico nas suas áreas produtivas. Então, se a gente olhar nas metas do edital, a meta, ela vai falar diretamente. Primeiro, da assistência técnica para essa conversão, e segundo, para uma assistência técnica para a comercialização. Então, é chegar no agricultor... O grande problema que a gente tem no território... até a zona leste é um pouco mais organizado. Mas principalmente na zona sul, que é aonde a gente tem mais unidades, são cerca de 320 unidades de produção agrícola e o IBGE acredita que são mais de 600, na verdade, eles têm muita dificuldade em organizar a comercialização. Então às vezes... tem o seu Zé da Floresta, que tem ali, os alfaces. Aí você tem o Zum Di, que é o da banana, aí você tem o Ernesto, que tem alguns tubérculos, e esses três, se a gente conseguir organizar a cadeia deles, até eles chegarem nas feiras, por exemplo, os três vão conseguir se fortalecer. O que acontece que a gente vê muitas vezes, é que eles estão fazendo sozinhos. E às vezes, um tem um caminhão, e o outro não tem o caminhão. E aí, aquele que tem caminhão, ele pode passar e pegar. Isso acontece também. Mas às vezes, ele não conhece aquele outro. Então ele não vai passar com o caminhão para pegar o produto do outro. Então, essa questão de logística é muito importante para ser organizado. E no edital, prevê essa questão de logística e de comercialização onde a ONG ela vem como se fosse incubar, mesmo. Ela consegue pensar, mapear. Espera aí, a gente tem escoamento para cá, a gente tem a comercialização para cá, a gente tem tipos de comercialização. A gente pode investir em um tipo diferente de venda direta nesses dois anos que vão estar o edital e depois se retira para eles continuarem essa cadeia. E também uma divulgação ao consumidor. A gente vê que é muito importante trazer o povo da cidade, que vai consumir. Cada vez



mais, a gente vê que tem muito mais consumidores, às vezes, até do que produtos. E o problema é por essa falta de organização lógica. A gente conseguiria sim, ter produtos orgânicos para... talvez não todos, mas para grande parte dos consumidores, e inclusive vem a legislação de merenda escolar para abastecer escola de... quanta escola não tem em São Paulo? E todas essas pessoas que procuram esse tipo de produto. E acesso ao mercado. Que está dentro dessa sala. Na zona sul então, a gente tem essa técnica para comercialização, gestão da propriedade, certificação, que é uma coisa muito importante para garantir a venda dos agricultores e o padrão. Você ter um controle desse padrão de produção. Aquisição de serviços básicos para acesso ao mercado. Então, muitas vezes, a gente tem problema da barraca, ter caixas para acomodar os produção. Às vezes, parecem coisas que são pequenas, mas muitas vezes, chega a inviabilizar. Muita gente me liga, às vezes, ai, vamos fazer um... o pessoal lá da USP está estudando agroecologia. Vamos fazer uma feira aqui. É tanto detalhe que a gente precisa... Precisa pensar na gasolina, na garantia da venda do produto, se vai ter a barraca, se vai ter como acomodar a produção. Eles vão sair da roça. Então vai ser um... Eles vão perder um tempo que eles estão ali, manejando. E a comunicação. Falta também divulgar essa preciosidade que a gente tem. A zona leste vai no mesmo intuito, a diferença é que as unidades de produção são menores. Eles estão mais juntos, e você tem características de atividades, às vezes, embaixo de linhões. E está mais dentro da infraestrutura. Não é um território rural. Eles estão menos dispersos. Então eles conseguem se organizar um pouco mais, porque eles estão mais condensados. Mas ainda está muito aquém do que poderia ser o potencial da área. Então as atividades é isso. Só foi acesso ao mercado, estratégia para viabilizar economicamente a atividade, 8 a 12 meses de serviços de transporte coletivo dos produtos, que fomenta e apoie uma rede. É isso. É a rede de distribuição de produtos, com pontos comuns de coleta e distribuições nos principais pontos de comércio, objetivando ao final, desenvolver uma rota viável, que permita atender um maior número de beneficiários, e maior número de pontos de comércio. Então são 15 unidades de produção agrícola que vão ser beneficiadas na zona leste. Cada projeto tem o valor total de 375 mil reais. Aqui fala que aqui é na zona sul... então assim, nas ações previstas, você tem material para divulgação, aquisição de barracas, 12 meses de aluguel de transporte coletivo, tudo nesse intuito de organização. E na zona sul, são 20 unidades de produção beneficiadas, porque lá a gente tem mais. Também 375 mil reais por projeto. E aí uma coisa muito importante desse FEMA 10, além dessa garantia da proteção dos recursos naturais, e principalmente hídrico. É a integração que ele tem com o novo Plano Diretor Estratégico aprovado em 2014. Então a gente tem... Até a Conselheira questionou sobre pagamentos por serviços ambientais, que é superimportante mesmo. É o que a gente mais quer trazer para a área. A gente tem três pontos no Plano Diretor. Na verdade, vários. Mas três pontos centrais, que têm a ver com o FEMA 10, que é primeiro o próprio pagamento por serviços ambientais, que dentro da regulamentação municipal, a gente tem um diferencial em relação à regulamentação estadual e federal. Normalmente o pagamento por serviços ambientais, ele vem só com floresta em pé. E a gente vê que não adianta você só tentar fomentar floresta em pé. A gente está em um momento planetário que a gente precisa recuperar áreas também, e a transição para a agroecologia é muito importante também, para receber pagamentos. Também é uma forma de fomentar. Não é só ter um monte de árvore ali, de Mata Atlântica. Se eu recuperar uma área, também tem valor, muito valor. E se eu tiver o manejo orgânico da produção, também faz sentido receber o pagamento por serviços ambientais, por estar protegendo esses recursos naturais. Outra coisa importante no capítulo da política do desenvolvimento econômico sustentável, está escrito ali, apoio à agricultura familiar, e em especial orgânica, tudo a ver com o edital. E mais importante ainda, nessa presente Secretaria, o da política ambiental, tem um capítulo específico, dizendo que essa Secretaria é responsável por estimular a agricultura familiar urbana e periurbana, incentivando a agricultura orgânica, e a diminuição de uso de agrotóxico. Mais uma vez, o FEMA 10 é perfeito para auxiliar. E outra coisa importante no Plano Diretor é o estabelecimento desse território rural, que foi uma conquista mesmo, para





poder falar: não, ali não é asfalto. Ali você pode pensar em um tipo de estrada, em outro tipo de pavimento. Você pode pensar em outro tipo de saneamento. Trazer essas tecnologias mais ambientais, mais inovadoras. Esse rural, na verdade, ele tem um potencial de proteção ambiental, e de inovação. Ali tem um plano de desenvolvimento rural, onde têm vários itens que podem ser muito auxiliados pelo FEMA 10, que é um diagnóstico da área... Aí tem caracterização das cadeias produtivas existentes. A gente tem um diálogo constante com essas ONGs, porque a gente já tem trabalho, então dá para casar tudo o que a gente está precisando para fomentar esse plano municipal, e o plano municipal da mata atlântica aí, que está para ser lançado. E também culmina. Tem tudo a ver com o que a gente... Esse momento de ver esse território como vital para existir essa cidade. E mais uma coisa: o prefeito também vai lançar no mês que vem... Na verdade, seria na semana do aniversário de São Paulo... ainda está vendo qual a data certa, um programa para fortalecer a agricultura urbana e periurbana que inicialmente está se chamando SP Sustentável, que vai pensar tanto nessas áreas de comercialização, como nas hortas urbanas que nós temos. Nós temos aqui no Centro Cultural uma horta, temos na Avenida Paulista, temos na Pompéia, e seria muito interessante, neste lançamento, a gente poder ter esse edital do FEMA 10, que seria 1,5 milhão destinado à agricultura. Então seria a maior ação desta presente Secretaria. Na verdade talvez seria, acho que a ação mais com vigor de todas que vão ser lançadas nesse programa. Então aqui é uma série de leis que existem nessa década, ligadas à agricultura, tanto estadual... a gente tem um protocolo. Na área de mananciais, ela está sob responsabilidade do estado, e o estado está completamente ausente. O único protocolo, o único programa que o estado está nos auxiliando é nesse processo de transição agroecológica, que a gente tem o projeto Guarapiranga Sustentável, o protocolo Guarapiranga, onde, mensalmente, a Secretaria do Estado do Meio Ambiente junto à supervisão de abastecimento, que é responsável pela agricultura no município, e a gente, de forma mais transversal, a gente se reúne para ver como é que está esse processo. Então existe o monitoramento desse processo de transição agroecológica, com cerca de 40 unidades de produção agrícola nesse processo. E assim, uma coisa importante é a gente trazer esse histórico do que já foi investido em agricultura e em comercialização. Então a gente tem aí, 3,5 milhões, vários editais... Então a gente, por exemplo, o edital 4, onde você tem os agricultores, começando um processo de certificação. Foi lá nas APAs, feito pelo Instituto 5 Elementos. Você tem aí, o edital 8, que montou um Centro de Referência de Segurança Alimentar e Nutricional no Butantã, e esse Centro de Referência, ele faz parte de uma política do governo federal, do Ministério de Desenvolvimento Social. Você tem aí outro projeto, para implantação de uma agroindústria. Então assim... solidária, a gente é superfavorável à agroindústria familiar, onde você consegue fazer processamentos de alimento. Tem uma escala muito menor e... ou seja, se você fala de agroindústria, é impossível você não falar de comercialização e logística. Você tem outro do Instituto Cairós. Aí você tem a Feira do Ibirapuera. A Feira do Parque Burle Marx, onde foi um grande impulso para a gente conseguir ter os agricultores. Tem o Ernesto, a Lia, toda nossa... o Zundi. Todo mundo que a gente lida cotidianamente. Nossos parceiros. Você tem esse também, do SAJAP, que trouxe... Que na verdade, assim, ele fala de resíduos orgânicos, mas na verdade, é um fomento a uma forma de comercialização. Então assim, se a gente for pensar em comercialização, não é só agricultura. Se eu for pensar em cooperativa de catadores, também. Se você for pensar em artesanato, também. Então na verdade, todos os editais, eles fomentaram a comercialização. E alguns resultados que nós temos... Então a gente tem 20 projetos executados, cerca de... 3 milhões, com unidades de produção agrícola atendidas pelos projetos FEMA, 13 unidades certificadas, fomento a esse processo de transição agroecológica, e uma série de temas que foram desenvolvidos: gestão da propriedade, certificação, segurança alimentar, comercialização e geração de renda. E alguns exemplos de fundos do Brasil, Fundo Amazônia, Fundo Municipal de Belo Horizonte, Fundo Nacional do Meio Ambiente, e dentro das metas, todos com fortalecimento à logística, à comercialização. É um ponto muito importante para se pensar no fomento em



uma atividade econômica. E agora, trazendo os projetos que foram inscritos, então nós tivemos três projetos inscritos na zona sul, e dois projetos inscritos na zona leste para o FEMA 10. Então primeiro a gente tem esse do Instituto Cairós, que se chama Agricultura Sustentável no Extremo Sul, que é da zona sul. Teve uma pontuação de 164. O objetivo é contribuir para o desenvolvimento rural sustentável da região, através do apoio à produção agroecológica, a comercialização direta, justa e solidária, onde, dentro dos objetivos específicos, têm realização de cursos, bastante educação ambiental, apoio a OCS, que é organização de controle social. É um tipo de certificação muito bacana para a nossa área, porque é assim: existem reuniões mensais, onde tem uma lista de pessoas aqui do centro da cidade que se inscrevem para ir até lá. Aí a gente faz uma reunião. Conversa. Eles têm ata. Eles têm memória. Eles fazem um registro. Tem pauta, tem ata, e aí as pessoas vão lá, colhem o produto. Então todo mês você tem essa di... e aí, vêm gente do mundo inteiro. E aí, eles vendem diretamente. Então na verdade, o controle do orgânico vem junto com os consumidores. E aí, todos os ajustes solicitados foram feitos. Não sei se vocês querem que eu faça a leitura de cada ajuste. Se vocês tiverem algum questionamento, vocês falam, eu vou aprofundando. Eu estou falando já, bastante. Outro foi o projeto da ABD.

**Ellen Simonini:** Não seria melhor fazer já a apresentação e votar, ou faz toda a apresentação e depois a gente volta no projeto?

**Simone:** A ABD, que é a Associação Biodinâmica lá de Botucatu, referência em agricultura biodinâmica. Teve uma pontuação também, muito boa. Fazer lá na zona sul. O nome do projeto é Desenvolvimento da Agricultura Dinâmica na Zona Sul de São Paulo. O objetivo geral do projeto é promover o desenvolvimento rural sustentável, através do fortalecimento dos processos de transição agroecológica, dos agricultores familiares da zona sul de São Paulo, e consolidar a confiança dos alimentos orgânicos e biodinâmicos, aumentando o consumo destes produtos, através do desenvolvimento de um novo modelo de comercialização, que aproxime e integre consumidores e produtores conscientes da sua corresponsabilidade com a política municipal de gestão ambiental, e de segurança alimentar. Foi um projeto bem baseado no tipo de certificação da SPG e do CSA, que é um tipo de comercialização onde você cria pontos de comércio que cheguem que seja um meio termo, entre a distância que é lá, a roça, e os consumidores. Criando esses pontos de comércio, você consegue fazer também, a venda direta... até explicar para vocês esse conceito de venda direta. Os agricultores, eles são menores. Por isso que eles até têm que se agrupar. Muitas vezes, esses processos de certificação, eles requerem um valor alto, anual, e às vezes, o número de produção não vale a pena em relação ao que existe dentro das certificações que são para unidades mais robustas. Mas também, existem essas unidades mais robustas. É que elas estão dentro de um processo de transição. Mas os que já são orgânicos, muitas vezes, eles são pequeninhos. Se agrupam, e aí eles se agrupam nesses sistemas de vendas diretas. Então eles não podem vender para o mercado, para o mercado vender para o consumidor. Eles têm que vender ou essas cestas diretamente, ou em feiras. Por isso que são esses arranjos inovadores de comercialização, onde você pensa em um ponto para conseguir trazer o produtor. E tudo isso é acompanhado pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário. Não é uma coisa assim: ah, é o produtor e o consumidor. Não. Você tem um mediador público, que também faz consultas. Tem a Casa de Agricultura Ecológica, que também acompanha o processo. E também dão pareceres em relação a essas certificações. Aí os ajustes. Teve um ajuste, por exemplo, eles colocaram que um produtor ia ser ao mesmo, beneficiário, e palestrante. A gente falou: não, ou é uma coisa ou é outra. E eles: não, o produtor, corrigiram, ele vai ser só palestrante. Aí a mesma Instituição Cairós também fez um projeto para a zona leste, pontuação de 134, chamada Agricultura Sustentável na Zona Leste. Objetivo geral: contribuir para o desenvolvimento sustentável, geração de trabalho e renda através da produção agroecológica e da comercialização direta, justa e solidária. Essa instituição também fez alguns projetos, já, de agricultura. Mais especificamente na zona sul. E o projeto foi bastante focado em assistência técnica, em cursos, em educação ambiental, e também criar esses sistemas participativos de garantia



da produção orgânica, e novos canais de comercialização. Os ajustes, acho que não teve nada tão... Depois a gente teve a Cinco Elementos, que também é outra ONG que já desenvolveu projetos com agricultura, também tem a expertise de transição agroecológica, pontuação 145, também na zona sul do município. Objetivo geral: formar agricultores com conhecimento técnico em agricultura orgânica e gestão de negócios, por meio de aulas teóricas e práticas, acompanhar o processo de conversão para o sistema de produção agroecológica, pelo acompanhamento técnico quinzenal, apoiar a comercialização em mercados institucionais ou venda direta, e orientar os participantes a ingressar nos grupos e associações de agricultores já formados localmente, estimulando a consolidação da agricultura orgânica e biodinâmica na região. Então também bastante balizado por assistência técnica, por meios de comercialização, cooperativismo, gestão de negócio. Este projeto, todos os ajustes foram feitos com exceção de um, que foi a contrapartida. A gente pediu o valor da contrapartida, é 10% do valor total do projeto. E na hora de mandarem o valor, ele não veio 10%. Eles fizeram a conta como se fosse o valor do projeto mais a contrapartida. Aí tiraram a porcentagem. Então veio... A gente vê como... Na verdade, assim, não conseguiu contemplar o edital. Mas assim, é um projeto muito bom. Foi muito bem pontuado. E veio com esse problema de ajuste. A gente acredita que provavelmente foi um erro. A gente apontou, mas a instituição insistiu no erro. Então a gente tem um problema com esse edital. E o último edital, que foi do **C Mais**, o último projeto do **C Mais**, o Horta na Praça, teve uma pontuação de 3, que é uma pontuação muito baixa. O objetivo geral: apoiar 15 agricultores da região Leste do Município de São Paulo, áreas atendidas pela subprefeitura de Itaquerá, São Mateus e Guaianases, para trabalhar com agroecologia, manejo dos sistemas de produção com baixo impacto ambiental, e fomentar o desenvolvimento do empreendedorismo sustentável. Então assim, no aspecto de objetivo geral, e objetivos específicos, eles estão ok. Porém, quando chega na parte de metas, a gente percebe que não atende ao objetivo do edital, porque pareceu... o que a gente vê foi mais o fomento à agricultura em praças. E esse edital, ele está bem claro que era um fomento à agricultura para comercialização. Sistema produtivo. A gente entende que a agricultura em praça, ela é superimportante, mas ela traz fomentos mais subsistência... Às vezes, nem subsistência consegue-se, porque... pelo grau de poluentes, o monitoramento que você tem... mas é educação ambiental, é ocupação de espaço público, é o tipo de agricultura que vem mais no viés urbano. E não esse periurbano, de comercialização. Por isso que teve uma pontuação tão baixa. A gente acredita que eles não conseguiram dar conta. Não sei se alguém quer... Julie, quer falar mais alguma coisinha? E aí, a gente tem o parecer final, não sei se vocês querem que eu realize a leitura dizendo que o projeto, ele não atende aos objetivos do edital. Querem que faça a leitura? O projeto não atende aos objetivos do edital. A proposta deveria ser de atendimento aos agricultores que já cultivam no sistema agroecológico, capacitando-os em temas que ainda não tiveram oportunidade de desenvolvimento, como exemplo, a adubação verde, produção de mudas. Além da assessoria na área de comercialização, tendo como foco a formação de preço e a viabilidade econômica do empreendimento. Como não tive acesso ao CD e à versão final do projeto, não podemos ter conhecimento do detalhamento do orçamento, prejudicando a avaliação. Os currículos apresentados são de profissionais com pouca ou nenhuma qualificação na área da agricultura, inclusive o do profissional de engenharia agrônoma é limitado, não atendendo às exigências de um projeto do porte do FEMA. A **C Mais** também não apresentou as cartas de interesse dos agricultores. O ideal, deveria ter sido feito uma apresentação da ONG aos agricultores, e verificado o interesse destes, em participarem do projeto proposto. Então assim, sem a carta dos agricultores, a gente nem sabe quem vai ser beneficiado. Apenas para comparação, ainda na gestão passada, houve uma reunião da apresentação da proposta do FEMA aos agricultores, informando que o edital seria lançado para dar apoio à agricultura nas regiões leste e sul. Houve a participação da Casa da Agricultura, da zona Leste, e da Secretaria do Verde, realizada no Parque do Carmo. Foram levantados os temas prioritários para atendimento das necessidades e expectativas dos agricultores. Os pontos foram informados pelo grupo de



agricultores membros da Associação de Produtores Orgânicos de São Mateus. Nesta mesma reunião, os agricultores preencheram uma carta de interesse. Então existiam cartas de interesse. Se minimamente a ONG tivesse ido atrás, essas cartas, inclusive, já estavam prontas. A maioria das expectativas dos agricultores estão contempladas no projeto redigido e encaminhado pelo Instituto Cairós. Estes apresentam as cartas de interesse dos agricultores na região de São Mateus e Guaianases. Então aqui foi uma comparação com outro projeto da zona leste, que além de estar... o rigor, diante da escrita do projeto, tem a carta de interesse dos agricultores. Como conclusão, o projeto não tem condições de ser aprovado. Deveremos também, levar em consideração a falta de organização da **C Mais**, ao apresentar... Eles apresentaram duas versões diferentes do projeto. Então eles mandaram um impresso, e falaram: ai, faltou o CD. Na hora que eles enviaram o CD, eles mandaram outro projeto. E esse outro projeto, a gente ainda deu uma olhada. E nem ele contemplava. Também é desclassificatório. Consideramos também, que a falta de organização poderá ocorrer durante o desenvolvimento do projeto, provavelmente o não cumprimento dos prazos. Por este motivo, o preenchimento dos itens 2 e 5 deste formulário, que é o formulário que a CAV apresenta, não foi realizado. Então assim, a ponto de itens do formulário, eles não conseguem nem ser avaliados. É isso, gente. Obrigado.

**Ellen Simonini:** Algum Conselheiro tem alguma dúvida, colocação? Cristina?

**Cons. Cristina Antunes:** Cristina Antunes, da Ciranda. Quando a gente questionou isso na apresentação do edital, a questão fundamental era exatamente esse apoio à comercialização que, no meu entendimento, continua pouco claro, com relação a por que apoiar um determinado segmento, quando muitos componentes desse segmento não têm apoio nenhum. Então na verdade, é uma forma de discriminar os produtores que já existem, mas que não estão contemplados no projeto. Então não está claro para mim, Simone, como é que vai ser essa parte da comercialização. Continua meio obscura, para mim. Porque existem muitos produtores orgânicos, a gente sabe da dificuldade da comercialização dos produtos orgânicos, até porque, em tese, são mais caros. Mesmo aqueles que já estão inseridos em redes de supermercados, os produtos são mais caros, portanto, a demanda é prejudicada pela parte do custo. Agora, existem muitos produtores de agricultura orgânica que fazem, sim, feirinhas, para vender seus produtos. É uma luta insana desses produtores. Então me incomoda pensar que o FEMA vá privilegiar alguns que, por uma série de motivos, se qualificaram para receber essa verba, e 375 mil não é pouco dinheiro. Se a gente for pensar na produtividade da agricultura orgânica e da comercialização... até o fim do ciclo, que é a comercialização, isso daqui é bastante dinheiro. Eu tenho proximidade com dois agricultores orgânicos que suam os colarinhos para conseguir comercializar, e não têm esse dinheiro para bancar. Não têm o capital de giro para bancar seu negócio. Então para mim, continua pouco clara qual vai ser a participação desse recurso do FEMA, não só nessa parte de comercialização, mas, por exemplo, diz assim: assistência técnica à comercialização. O que é essa assistência técnica? Nós vamos ter uma equipe da Secretaria dando assistência técnica? Ou eles precisam ter uma equipe técnica para qualificar os agricultores orgânicos? O que é apoio a acesso ao mercado? O que é isso? Quem vai dar esse apoio? Como é que esse dinheiro vai resultar nisso? Eu marquei uma série de pontos. Por exemplo, esses que estão contemplados no edital serão assistidos por uma equipe do FEMA, da Secretaria? Como é que eles vão se estruturar tecnicamente, para superar todas essas etapas, principalmente na parte final da comercialização? Porque muitos deles, como você falou, já trabalham em agricultura orgânica. Tem que ter um aprimoramento. Tem que ter uma popularização, entre aspas, da atividade, para que não usem outros insumos. Mas quem é que vai fazer isso? Nessa última, tinha um técnico que não tinha qualificação para fazer isso. São os técnicos deles que vão fazer isso? São esses agrônomos que vão fazer isso? O que é assistência técnica? O que é apoio ao acesso ao mercado? Porque se vocês estão criando um canal de comercialização, que eles ainda não têm, quem é que vai fazer isso? Quem é que vai produzir isso? É a prefeitura? É a Secretaria? Que vai abrir um caminho, que vai fornecer espaços para



comercialização? Eu não consigo entender como é que isto vai acontecer, sem que seja uma discriminação com todos os outros que já batalham diariamente, para conseguir cumprir o ciclo. Todos eles precisam cumprir o ciclo. Então na verdade, o FEMA está privilegiando um grupo com recursos públicos, não só para qualificação e para estímulo à produção. Qualificar é uma coisa. Agora, você permitir que o cara, no limite, vá ganhar dinheiro com isso, muda de cenário. Você deu alguns exemplos de outros projetos. Eu preciso comentar. Você colocou o projeto da SAJAP. Nós não tivemos um minuto nem um tostão para facilitar a comercialização dos insumos que a gente produziu no ecoponto. Foi um projeto de compostagem, extremamente bem elaborado, que não teve apoio nenhum da Secretaria. Aliás, a Secretaria só fez atrapalhar. O técnico que acompanhou o nosso projeto, ele só botou dificuldade. E o projeto não teve continuidade. Então o outro ponto que eu coloco aqui... está bom, e a sustentabilidade disso? O que vai acontecer quando acabar esse período que eu imagino que seja de um ano, com 375 mil reais. Como é que esses produtores vão dar continuidade a essa atividade? Porque não basta aprender. Não basta você mudar procedimentos. Qual vai ser a continuidade disso? E eu falo de cadeira, porque o projeto do ecoponto... da compostagem, não teve continuidade porque a Secretaria não bancou a questão que era um dos itens do projeto, de garantir que aquele espaço continuasse sendo usado para compostagem. Então eu acho que têm muitos furos nessa proposta, sabe? É uma proposta belíssima, não tenho a menor dúvida. E vocês apresentaram primorosamente. Mas eu não vejo consistência no resultado final. Como é que esse grupo vai, realmente, se manter depois de acabar o que eu acho que é um assistencialismo. Você pegar e dar todos os meios que eu não sei quais são, para que eles, no limite, comercializem o produto deles. Essa questão de assistencialismo me cheira... Me incomoda, porque parece uma coisa de paternalismo. O FEMA não tem que ficar dando dinheiro para projetos paternalistas. Então têm que ser projetos de qualificação, e de sustentabilidade. E eu não estou conseguindo, apesar de toda a explicação de vocês, não estou conseguindo ter segurança nisso daqui. Esse da BD, que determina o modelo de comercialização, o que é esse modelo? O que eles pretendem? Como é que a gente, no fim, vai olhar o projeto, falar assim: não está bom. Olha aqui. Eles criaram um modelo de comercialização, que é sustentável. Que não depende de verba do FEMA, que não depende de apadrinhamento de nenhum órgão público. Porque a prefeitura não vai ficar sustentando isso eternamente. E você tem razão. Nós já tivemos muitos projetos da SAJAP. Não se enquadram nesses que você mostrou. E projetos que contemplam... que estão focalizados em regiões, em atividades específicas, eu sempre questiono isso daqui, Secretário, eu acho que tira um pouco o aspecto democrático dos recursos do FEMA. Eu discuti muito com o Eduardo Jorge quando ele era Secretário, porque tiveram dois editais seguidos só para as APAs. O que exclui uma série de entidades que não têm vivência nas APAs. É óbvio que têm outras que têm. Mas vai sobrar dinheiro, porque nem todas foram contempladas. Eu não vou questionar nem um minuto, a necessidade, a importância do edital, como tema. Eu questiono que seja tão dirigido para uma área específica, por mais importante que seja, e principalmente pelo fato de que a gente está demorando dois anos para soltar um edital. E a gente tem dinheiro no FEMA que está sendo usado para outras coisas, que eu continuo questionando como inadequadas. Eu acho que, a grosso modo, eu acho que era isso. Resume um pouco o que eu tinha questionado da outra vez, e que eu, na verdade, continuo questionando agora. Porque eu não entendi, continua não estando claro para mim quais vão ser esses mecanismos. Só para perguntar: as ações previstas são 20 da zona sul, e 15 da zona leste? 375 mil para cada um. Qual era o total da verba para esse edital? Vocês estavam pretendendo...

**Ellen Simonini:** O edital é para 1,5 milhão e foi para 4 projetos, sendo 375 mil para cada projeto.

**Cons. Cristina Antunes:** Para cada projeto. Então foram 6 projetos?

**Ellen Simonini:** Isso. E esse edital são para dois anos. 5 projetos. Foram apresentados 5. Isso...





**Cons. Cristina Antunes:** E dentro desse universo de 35 que vocês levantaram, isso... agora eu estou perguntando: isto é relevante em termos dos resultados que a Secretaria busca, 5 em 35?

**Ellen Simonini:** A Simone vai responder o que foi colocado, e depois colocamos em votação.

**Secretário Wanderley do Nascimento:** Simone, só vou fazer uma observaçãozinha rápida geral. Você vai específico, então. Vai responder a Cristina. Bom, eu vou só dar mais uma informação, que eu acabei me esquecendo. Bom, a questão do Plano Diretor e da regulamentação, é bom que se diga que o nosso Plano Diretor, ele tem algumas coisas autoaplicáveis. Ainda bem. E esse é um caso. Você vê: tanto ele é autoaplicável que já está sendo aplicado aí, no caso, os pagamentos ambientais. Agora, em relação à regulamentação, é de responsabilidade dessa Secretaria fazer a regulamentação que tem que ser feita no que diz respeito ao meio ambiente. Quem tem acompanhado essa discussão, mais é o DEPLAN, no que diz respeito ao zoneamento. Em relação aos serviços ambientais, e inclusive, o fundo que está previsto também no Plano Diretor, que é o fundo para aquisição de áreas, a gente vai começar a discutir logo mais. Porque nós não temos funcionários suficientes para fazer as duas discussões ao mesmo tempo. O zoneamento e as outras áreas. Mas a gente já tem pensado bastante nessas regulamentações, e deve dar início o mais rápido possível. Até porque o zoneamento foi colocado como prioridade até para entregar o PL na Câmara, e já está sendo praticamente entregue. E finalizado. Simone, e Domingos também, todos os funcionários aqui do DEPAVE 8, eu estou conhecendo vocês agora. Mas vocês estavam falando aí. Eu fiquei me lembrando aqui, de um projeto em que eu me emociono cada vez que eu volto a esse projeto. Porque em 1989, e nem se falava ainda, do conceito de agricultura urbana. Falava-se de produtos naturais, alguma coisa assim. Eu me lembro que lá em Angra dos Reis, eu já tive, também, esse mesmo tipo de debate. Nós fizemos um levantamento dos agricultores, que parece meio paradoxo, também. É igual aqui em São Paulo. Você imagina Angra dos Reis ter zona rural. Também é um paradoxo. Ela é conhecida aí, no mundo inteiro, como uma belíssima cidade na área de turismo, e tal. Jamais alguém iria imaginar que teria um núcleo lá, de agricultores. Na verdade, é uma história bastante interessante, que está nos anais, inclusive, da criação do PT, porque foi o primeiro núcleo do PT na história da criação do partido. Que ele não nasceu na cidade. Ele nasceu no campo. Ele nasceu lá, em Angra dos Reis. Então eu me lembro que quando eu fui Secretário lá, eu mesmo fiz, de punho, o projeto das barracas para colocação na praça principal da cidade. E teve também essa discussão assim, do porquê que estava fazendo a doação daquelas barracas para os agricultores? Para minha felicidade... e no dia que vocês forem lá, vocês procurem o Mercado do Peixe. E há 27 anos, eles estão no mesmo lugar e mantêm o mesmo tipo de serviço. Por isso eu gostaria de falar aqui, que me orgulha... A gente deu, sim, um subsídio naquela época. A prefeitura não faz mais absolutamente nada. Mas isso, há 27 anos. Inclusive, o que me abastece a minha farinha de mandioca lá na minha casa esse tempo todo, toda vez que eu vou em Angra, eu compro três, cinco quilos, nessa feirinha. E não compro... Nunca mais comprei a farinha Yoki. Essas Yoki da vida, aí. Então vocês estavam falando aí, eu fiquei lembrando... Era mais só para fazer essa observação, que eu fiquei... É um orgulho mesmo, eu me emociono quando falo deste projeto. O que parecia na época, que era uma bobagem, mas ele ficou a vida inteira, e tenho a impressão que não vai acabar mais. Podem passar lá que vocês vão ver na Praça do Peixe, ou no Mercado. Então eu queria, inclusive, parabenizar a vocês por esse trabalho. E queria também informar a este fórum da importância desse tema. Que também o DEPAVE 8, ele acabou de fazer um desenho do mapa da borda do Capivari. Que a intenção nossa é pegar agora este desenho que está no mapa, e fazer um levantamento topográfico que seria um cadastro, na verdade... Cadastrar essas áreas dessas bordas. A Simone colocou 500 metros de largura, 1 Km, 500 metros para dentro, 500 metros para fora. Exatamente na divisa da APA. Para que a gente promova ali, uma grande área para agricultura urbana na cidade de São Paulo, com dupla função, com duplo uso, que seria, primeiro, fazer a manutenção da APA como



se fosse uma cerca viva, mesmo. E uma cerca viva produtiva. Então eu acho que vai ser um projeto emblemático. Eu acho que vai dar o que falar, porque eu não conheço nenhum outro lugar que fez a demarcação física de uma área de conservação com essas duas funções, que é manter a área e também ter a produção, no caso, a produção de agricultura urbana, e em especial, a agricultura orgânica. Então, no momento adequado, eu espero que o mais rápido possível também, traga para esse Conselho, como que nós vamos contratar esse cadastramento fundiário. Porque essas áreas, com certeza, é uma cocha de retalhos. Ela vai ter área pública, vai ter área privada, não é isso? Vai ter uma série de titularidades. Nós vamos ter que levantar uma a uma. E quem sabe também, aí a gente comece, talvez o primeiro exemplo dos pagamentos ambientais nessa grande área que vai ser a grande, vamos dizer, a grande horta não, mas a grande fazenda urbana da cidade de São Paulo.

**Simone:** Então, respondendo alguns questionamentos. Primeiro em relação à... O contexto da área. Então a gente tem cadastradas 320 unidades de produção agrícola. Dentro dessas 320, os projetos FEMA conseguiram atender 100. Quando os projetos FEMA chegaram nessas 100, a gente considera que essas 100, elas são as que estão em transição agroecológica. Alguns agricultores deram continuidade, outros não. Então, dessas 100, a gente tem cerca de 40 unidades de produção agrícola que deram continuidade. Essas unidades, elas têm assistência técnica na Casa da Agricultura Ecológica. Então a gente tem quatro engenheiros agrônomos, que fazem, normalmente assim, mensalmente, vão às propriedades e esses engenheiros agrônomos eles ajudam, tanto na parte de manejo, explicando técnicas, adequação ambiental da propriedade e também comercialização. O que é essa assistência técnica para comercialização? É auxiliá-los a entender o que é uma gestão de um negócio, o que é um empreendimento, e como que isso vai para uma feira, e como fomentar todo esse processo que aí assim, o indivíduo, a gente chama unidade de produção, às vezes ali, é até engraçado... até difícil assim... quando você fala assim: é um agricultor beneficiado, ou é uma unidade de produção agrícola? Porque quando você tem agricultura familiar, você tem uma mistura. Às vezes ali, você tem três, quatro agricultores. Então dentro desse universo de cem unidades de produção agrícola que abriram suas portas para poder fazer a transição, 40 estão dando continuidade. Então assim, diante o cenário que a gente tem, para a gente isso é muito significativo. E eles têm assistência técnica. Essas ONGs, elas viriam para auxiliar esse trabalho que já está sendo feito, já foi feito, inclusive, pelas próprias ONGs, e que está dando certo. Como que a gente tem como resultado isso? Porque existe, por exemplo, a Feira do Ibirapuera, a Feira do Burle Marx, e a gente tem lá, a barraca desses agricultores, desse grupo que é atendido pela Casa da Agricultura Ecológica, que está dentro... Porque quando a gente vai falar também de unidade de produção agrícola, a gente só consegue falar em rede. Porque é pequeno, varia as características... Às vezes têm umas maiores que até conseguem se sustentar sozinhas. Então você tem essa rede. Então, na verdade, aqui seriam três projetos. Seria 20 atendendo cada unidade de produção agrícola. Então a gente teria 60 unidades de produção agrícola sendo atendidas. Dentro destas, 60% é desses agricultores, para dar continuidade ao processo, porque é um processo muito longo, mesmo. São de décadas, para conseguir fazer uma certificação. E está previsto no edital, e as cartas comprovam isso, 40% são de agricultores novos. Que são convencionais, que não participaram de projetos e que, a partir desses que já estão começando a ficar fortalecidos, eles vão replicando para esses outros agricultores.

**Cons. Cristina Antunes:** Desculpa. Esses que você está falando são os que estão contemplados agora no FEMA, ou são outros? Quer dizer, qualquer agricultor que tenha um agronegócio poderia participar dessas feiras, inclusive?

**Simone:** Se ele estiver no processo de transição... inclusive nessa feira é interessante, que não é só o produtor orgânico, lá, selado. Você tem o produtor em processo de transição. Então às vezes, tem uma parte da propriedade dele, que ele está usando ainda, insumos químicos. Mas a outra, ele já começou a fazer um processo de conversão. Então, é interessante isso. Que você tem essa figura de transição. Então está aberto para



todos. Todos que abrem a propriedade, eles podem ser contemplados. E esses que já foram, eles nos auxiliam, porque muitas vezes, eles não abrem a porta, nem para a Casa da Agricultura porque eles falam: espera aí, você vai chegar aqui, e vai mudar o jeito que eu faço as coisas. Então assim, em termo significativo de rede, e de expansão, e de resultados, isso a gente já tem comprovado. Diante do cadastro, e desses números de propriedades que a gente tem.

**Cons. Cristina Antunes:** E a Casa da Agricultura funciona continuamente, independente de projetos ou de outros recursos para sustentar a própria Casa de Agricultura? Quem sustenta a Casa de Agricultura?

**Simone:** É municipal. É a Supervisão de Abastecimento, que está locada na Secretaria do Trabalho. Então, inclusive, eles fizeram parte da CAV. Eles também ajudaram a gente a fazer a avaliação dos projetos, e eles estão desesperados, falando: graças a Deus... O que acontece? Vêm essas ONGs, e dentro desse montante de 375 mil, está previsto que a própria ONG que vai prestar assistência técnica, em diálogo com a Casa da Agricultura. Então são eles que vão disponibilizar técnicos para fazer o acompanhamento nas propriedades, para ajudar... a assistência técnica para comercialização. Como gerenciar o negócio de vocês até chegar na ponta, que é a própria comercialização, e trazer pessoas para também comprar... consumidores. Para comprar. Então na verdade, é organizar essa cadeia lógica, que ela já está sendo organizada pelos... Por isso que a gente trouxe os outros editais. Ela já está sendo organizada. Então na verdade, é uma continuidade de algo que está tendo muito resultado. E a gente têm 13 certificados, que assim, os números, às vezes, eles parecem baixos. Mas para o universo que a gente tem, é gigantesco. 13 agricultores certificados em uma área que era completamente esquecida, e onde só tem **veneneiro**, é assim... é muito significativo. E a questão da agricultura... realmente, assim, essa coisa do paternalismo, da agricultura, se a gente for pensar dentro do Brasil, a gente tem dois ministérios para cuidar da agricultura. Que é o Ministério do Grande Negócio, o MAPA, e o MDA, que vem nessa figura do agricultor familiar. Que é uma categoria... Isso eu estudei no meu mestrado, até. É uma categoria que ela é diferente de tudo. Por quê? Porque ao mesmo tempo que é uma pessoa que está ali, na propriedade dela, privada, ela também está trabalhando. É a família que está ali. Então você tem um enquadramento... O que é a família? É a família dela, e no máximo, dois funcionários. Então não chega a ser um grande empreendimento. É aquele cotidiano. E eles, organizados em rede, eles não conseguem se sustentar sozinhos. Então você tem uma cadeia de unidades de produção, que às vezes, pode ter mais de um agricultor. É bem confuso mesmo. Toda essa cadeia de rede de agricultor não dá para eu só beneficiar um pedaço dessa cadeia. Porque não vai se sustentar. Todos eles têm que se ligar. Eles podem prestar serviços públicos. Até receber pagamentos por serviços ambientais porque eles estão ali, cuidando da água. Se eles não jogam insumos. Estão fazendo uma barreira para a expansão urbana. Estão permanecendo... Até a dinâmica social, cultural, daquela área, eles estão fomentando. Então, o interessante do FEMA 10 é que ele é uma continuidade de resultados, junto... O Ministério do Desenvolvimento Agrário, ele está junto com a gente também. Eles vão... Porque eu falei: essa certificação... E aí, na hora da comercialização, é um tipo de comercialização diferente da lógica que a gente está acostumado. Que é: o produtor vai lá, tem um produto. Vai para o mercado, e no mercado compra. Ou mesmo uma feira. É uma lógica normal. São esses sistemas onde muitos deles não conseguem ter o carimbo ali. É dois mil reais para você ter o carimbo da certificação. Então você tem esses sistemas inovadores. Assim, não, tudo bem. Ele não tem o carimbo que é certificado, mas ele tem um selo de procedência. Muitos até país da Europa, faz... Você compra vinho com selo de procedência. Veio dali e ele está em transição. Aí esse que tem o selo de procedência, junto com uma cadeia de outros, pode vender diretamente para um grupo de consumidores, que conseguiu ser mapeado. Até mesmo... pode fazer um grupo de consumidores dentro da Secretaria do Verde. Falar assim: vamos fazer um grupo de consumidores aqui. Aí tem que pensar tudo: Como é que é a logística? Como é que chega lá? Como é que vai para cá? Então é nesse sentido...



**Secretário Wanderley do Nascimento:** Gente, sem querer cortar... vamos atentar para o tempo. Tem um item aí, também extenso, que é a leitura do relatório.

**Domingos:** Está bom. Eu só queria grifar mais uma questão, que é a questão da continuidade. É uma preocupação muito grande de nós, técnicos do serviço público, essa falta de continuidade. Tanto de programas, de projetos, que a gente... por mais que sejam muito interessantes, eles acabam morrendo. Mas uma coisa que a gente aposta muito, é na permanência e existência e aprimoramento das políticas públicas. Porque quando você tem uma política pública, independente do governo que esteja, a gente consegue trabalhar. A Casa de Agricultura é um exemplo disso. Ela vem em um crescendo desde 2001, quando a gente fazia as primeiras reuniões com os agricultores, antes, até, da Marta Suplicy assinar a criação da APA Capivari Monos. Então é muito importante mesmo, que a gente consolide essas políticas públicas, para que a gente tenha continuidade, e os serviços continuem. Não é privilegiar um, no fundo. No fundo, nós temos que trabalhar com todos. Está certo? Porque todos... toda atividade econômica ou não... toda atividade... todo cidadão da cidade paga impostos, e é assim que o poder público consegue gestar a cidade.

**Cons. Cristina Antunes:** Agora, existe essa previsão? Como é que vai ser garantida essa permanência, essa sustentabilidade, continuidade do projeto? É com base na Casa da Agricultura?

**Domingos:** A gente tem um plano previsto no PDE, que é o Plano de Desenvolvimento Rural, sustentável e solidário para a cidade. Então é muito importante que a gente... O FEMA, ele está casado com isso. Então ele vem nessa direção. Ele é mais um adendo, o FEMA 10, para que se consolide esse plano. E aí, a gente possa construir. Quer dizer, na verdade, tudo está aberto agora. Porque o PDE acabou de ser aprovado, e a gente tem que construir. Assim como a gente está construindo o MMA, a gente tem que construir também, o plano de desenvolvimento rural.

**Ellen Simonini:** Bem, vamos agora, passar para a votação dos projetos. Eu vou falar a instituição, se ele atende, e a gente vai à votação, cada um. Instituto Cairós, Ética e Atuação Responsável, na subprefeitura de São Mateus, de Guaianases e São Miguel. Prazo de duração: 24 meses. O total do projeto, R\$ 374.486,00. O FEMA com R\$ 336.950,00, e a contrapartida de R\$ 37.536,00. O objetivo do projeto já foi lido. A CAV, o parecer diz que ele atende. Lá na conclusão: o projeto bem redigido dentro dos objetivos do edital FEMA 10, foi realizado o detalhamento das atividades propostas, e do orçamento concluído, e recomendo a aprovação. Então ele atende aos critérios de seleção. Os Conselheiros que são favoráveis à aprovação do projeto Cairós permaneçam como estão. O projeto foi aprovado por unanimidade. Vamos para o segundo, que é o projeto também do Instituto Cairós, na subprefeitura de Parelheiros e Capela do Socorro. O prazo de duração, 24 meses. O valor total: R\$ 375.000,00. O FEMA, R\$ 337.440,00, e a entidade vai de contrapartida, R\$ 37.560,00. Na conclusão da CAV, o projeto elaborado dentro das questões temáticas dos objetos do edital, e consistente com os objetivos almejados. Ele atende aos critérios da seleção do edital FEMA 10. Os Conselheiros que são favoráveis à aprovação do projeto de Cairós, para a subprefeitura de Parelheiros e Capela do Socorro, permaneçam como estão. O projeto foi aprovado por unanimidade. Agora vamos passar para o Projeto Associação Brasileira de Agricultura Biodinâmica. Localização: zona sul do município de São Paulo. Prazo de duração, 24 meses. Valor total: R\$ 374.919,08. Do FEMA, R\$ 337.418,60. A contrapartida, R\$ 37.500,48. A avaliação da CAV: o projeto atende ao objetivo do edital a contento, e será executado por uma instituição que tem grande expertise em processo de transição agroecológica. Além da experiência com projetos, e certificação na zona sul do município de São Paulo. A equipe técnica é composta por profissionais qualificados para alcançar o objetivo do projeto. O conteúdo apresenta estratégias inovadoras e viáveis de comercialização, e grande potencial para capacitação dos produtores para o manejo de agricultura biodinâmica. O projeto atendeu às complementações solicitadas por essa presente Comissão Técnica de Avaliação, a CAV. Sendo assim, o projeto atende aos critérios de seleção do edital FEMA 10. Os Conselheiros que são favoráveis à aprovação do projeto





Associação Brasileira de Agricultura Biodinâmica permaneçam como estão. O projeto foi aprovado por unanimidade. Agora vamos passar para o projeto da Cinco Elementos, da instituição Cinco Elementos. Fica na região sul da cidade de São Paulo, das APAs Bororé Colônia, Capivari Monos e arredores. Duração, 20 meses. O valor total, R\$ 336.718,00. O FEMA financiando R\$ 33.380,00, e a contrapartida que eles apresentaram seria de R\$ 33.380,00. Na conclusão, o projeto atende aos objetivos propostos pelo edital FEMA 10. No entanto, o projeto não atende aos critérios técnicos classificatórios, sendo um deles, a exata equivalência do valor da contrapartida, disponibilizada pelo proponente. A proponente deverá se comprometer com a contrapartida de 10% do valor total do projeto. Nesse caso, o valor da contrapartida é inferior ao percentual exigido. Aí vem uma reprodução do cálculo, que está no projeto. O valor a ser financiado pelo FEMA, R\$ 333.380,00. A contrapartida de 10%, R\$ 33.380,00. O valor total do projeto financiado mais contrapartida, R\$ 336.718,00. O valor total do projeto financiado mais contrapartida, eles colocaram como R\$ 36.671,00. Os valores listados em vermelho estão... que na verdade, não aparece. Estão em desacordo, portanto, com este... Portanto, este é o motivo pelo qual o projeto foi desclassificado. No caso, a contrapartida foi menor. Deveria ter sido R\$ 36.000,00, eles fizeram de R\$ 33.000,00. Sendo assim, o projeto não atende aos critérios da seleção do edital FEMA 10. Cristina.

**Cons. Cristina Antunes:** Eu queria só uma... Um comentário. Isso aqui não seria apenas... eu não sei, falo aqui com a Sandra, uma questão de conceito do que se entende por contrapartida? Que a gente já passou por esse sufoco também.

**Ellen Simonini:** É da Instituição 5 Elementos, então depois a gente passa para vocês. Aí no caso, a CAV que vai se manifestar em relação a isso. A CAV, ela vai avaliar em cima do que ela recebeu. Os Conselheiros, eles têm a prerrogativa de aceitar ou não... São vocês que vão deliberar e vão aprovar. A CAV, ela recomenda. Ela pediu o ajuste e novamente veio nesse mesmo valor. Então nós trouxemos, para os Conselheiros poderem decidir.

**Cons. Cristina Antunes:** Eu sugeriria, eu sei que a Cinco Elementos é uma entidade extremamente séria, e eu sugeriria que houvesse um encontro de opiniões, de avaliações, de entendimento. Me parece que é uma questão de conceito do que como é que você calcula a contrapartida. Então eu sugeriria que isso voltasse à reconsideração do CAV, e talvez uma discussão um pouco mais técnica, com quem de direito.

**Ellen Simonini:** Então eu vou fazer a votação para, no caso, se os Conselheiros, eles apoiam o que a Cristina colocou de dar, novamente, um prazo que vai ser estipulado o tempo que a entidade vai trazer essa documentação que vai ser exigida aqui para poder novamente trazer para ser votado da próxima vez. Alguém tem mais alguma colocação?

**Sandra:** Sandra, de DAF. Eu sugeriria, pela importância do projeto, que fosse revisto em termos de conceito, e explicar, de algum jeito, que é 10% do total do projeto, e não do valor do FEMA. Eu sugeriria isso daí, desde que a entidade se compromettesse aos 10%, efetivamente, do total.

**Ellen Simonini:** No caso, a entidade, ela vai ter que trazer então, esse arquivo, e apresentar para a CAV, que foram eles que fizeram. Isso tem que ser passado pela CAV.

**Sandra:** Exatamente. Eu concordo com abrir essa negociação.

**Ellen Simonini:** Então vamos à votação. Os Conselheiros que são favoráveis ao que a Cristina e a Sandra colocaram, da entidade novamente trazer esse projeto, com os acertos, para passar pela CAV, e ser novamente revisto, apreciado, permaneçam como estão. Então foi votado que eles vão apresentar novamente esse projeto. A CAV vai analisar. E posteriormente, nós traremos aqui para deliberação. Então, o último dos cinco projetos é o projeto C Mais, do Centro de Estudos de Meio Ambiente e Integração Social, na localização São Mateus, Itaquera e Guaianases. Prazo de duração, 24 meses. Valor total: R\$ 349.191,00. O FEMA financiando R\$ 322.095,00. Contrapartida, R\$ 27.086,00. Na conclusão que já foi até colocado aqui, na verdade essa aqui nós já até lemos. Já foi lido o motivo. Então esse não atende os critérios da seleção do edital FEMA 10. Os Conselheiros que são favoráveis a acompanhar o relatório da Comissão, da CAV, na não aprovação do projeto C Mais, permaneçam como estão. Então o projeto não foi aprovado





por unanimidade. Próximo item de pauta vai ser a apresentação do relatório anual das atividades do CONFEMA, de 2014.

**Secretário Wanderley do Nascimento:** Ellen, você não vai ler isso aqui inteiro.

**Ellen Simonini:** Não, não. Na verdade, só votar.

**Secretário Wanderley do Nascimento:** Certo. Porque todos os membros já receberam.

**Ellen Simonini:** Sim. Na verdade, esse relatório foram todas as atividades de 2014. Todas as pautas. Vão ser todas as Reunião do ano de 2014. Já foi passado até para os Conselheiros, por e-mail. No caso, nós podemos fazer logo a aprovação do relatório? Os Conselheiros que são favoráveis à aprovação do relatório de atividades do CONFEMA de 2014, permaneçam como estão.

**Cons. Cristina Antunes:** Eu vou permanecer como eu estou, só que eu quero fazer um comentário. É que é assim: eu não li. Eu confio no que foi feito. Obviamente, isso daqui é uma transcrição de tudo o que foi feito. Então, é uma transcrição da realidade. Só quero colocar essa ressalva, porque eu não li. Mas vou ficar como eu estou.

**Ellen Simonini:** Então, os Conselheiros que são favoráveis à aprovação do relatório anual de atividades do CONFEMA 2014, permaneçam como estão. O relatório foi aprovado com unanimidade. Vou passar agora para o Secretário, para o encerramento da nossa... Ah, não. Vamos voltar ao item de inclusão de pauta. Então, voltando ao item, o primeiro foi inspeção veicular.

**Secretário Wanderley do Nascimento:** Como eu disse, eu acho que é pertinente. A gente vai ter que discutir mesmo, a inspeção veicular. Mas é bom que se diga que, a inspeção veicular, ela passou por um procedimento de TCM, tem um encaminhamento aí que fugiu do nosso controle. Assim que o TCM der o retorno, nós temos a obrigação de colocar o edital na rua. Mais uma vez, que a gente já pôs. Agora, é sempre pertinente ter essa discussão. Quer dizer, ninguém aqui tem a bola de cristal do melhor modelo. A gente fez outro modelo, que é um modelo que não seria mais concessão. Seria prestação de serviço. Portanto, onera o poder público, mais do que o outro. Tem toda essa discussão. E que é oportuno. Eu acho que vale a pena fazer essa discussão. Agora, o quanto que deixou de arrecadar em relação a esse tempo parado, a Sandra poderia explicar um pouco melhor se é possível fazer isso. Também se você tem esse controle. Se tem isso já em mãos. Mas eu acho interessante... Não. Em mãos, que eu digo, não agora. Para uma próxima reunião, ter a pauta dessa discussão. A gente pode até trazer aqui, um modelo do edital. Eu espero que, inclusive, até lá, esteja resolvido (incompreensível) na rua. E discutir um pouco aqui, até do objeto, do que a Secretaria está... o que ela elaborou da transparência. Isso é interessante sim, fazer. Eu defendendo essa pauta também. Mas para mim, a prioridade que a Cristina colocou seria a questão da arborização para mim. Esse é prioridade zero.

**Cons. Cristina Antunes:** Mas Secretário, eu quero voltar um pouquinho ainda, no da inspeção veicular. Eu estou, outra vez, repassando o que o jornalista me passou. Não tenho como aferir. Ele afirma que havia 93 milhões carimbados, da inspeção veicular, que ele quer saber como é que foram utilizados aqui no FEMA. Então, eu não sei se também, se é possível, minha querida Sandra. Você vai ter um abacaxi para descascar. Mas eu preciso dar uma resposta.

**Sandra:** Na realidade, eu e a Ellen... (incompreensível), se você permanecer quietinha durante o ano, tranquila. Na realidade, assim, eu e a Ellen, quando nós conversamos ontem à tarde, o que nós preparamos na realidade, foi um geral do que ficou em caixa, do FEMA, cada valor... em cada rubrica. Eu tenho como levantar efetivamente... Assim, por estimativa, o que deixou de ser recolhido. E nós vamos começar o ano trabalhando com esses valores que estão aqui. Provavelmente, com certeza, na segunda-feira, o sistema da prefeitura vai estar aberto. Aí nós vamos ter como mostrar, inclusive, o que foi a execução, efetivamente, orçamentária, da 94, que é o FEMA do ano passado. Até porque nós estamos com todas as medições, pelo sistema estar fechado, parados em novembro. Então nós não temos como levantar, efetivamente, o que foi. Inclusive, dos valores liberados pelo FEMA, o que efetivamente, não foi utilizado. Que hoje está em



torno de 22 milhões, mas nós temos agora, que ver todos os contratos que foram encerrados em novembro e dezembro. Então, se efetivamente abrir o sistema na segunda-feira, nós já vamos ter, para a próxima reunião, apresentar toda a execução orçamentária, o que foi efetivamente, e realmente com todos os valores que forem consignados no orçamento desse ano. E esse valor da inspeção veicular, eu tenho como levantar. Mas efetivamente, você vai ver que tem bem mais até, do que os 93 milhões, teoricamente, tudo o que foi executado durante o ano. Então para a próxima reunião, com certeza, traremos o restante dos dados.

**Ellen Simonini:** E o último que ficou faltando, em relação à apresentação de AMLURB e dos ecopontos.

**Cons. Cristina Antunes:** A Salete esteve aqui na última reunião, mas não foi feita essa apresentação. É uma prestação de contas, porque a gente questionou. Por exemplo, as ciclovias, a gente aprovou, considerando o orçamento do Secretário, de 200 mil por quilômetro. E a gente questionou que realmente, o que está sendo feito, não justifica 200 mil reais. E da AMLURB, saber as providências que foram tomadas, em função da otimização da operação. E do investimento que a gente liberou também para cada ecoponto, quantos foram executados. Mas eu concordo com o Secretário, o mais importante é a arborização de rua.

**Ellen Simonini:** Não, na verdade... Foi em dezembro, na última reunião de dezembro, dia 12 de dezembro, o Rubens trouxe essa questão. Nós já entramos em contato com o pessoal da CET, da AMLURB, também, referente aos ecopontos. Sendo que em janeiro, muitos estariam de férias. E estaria fazendo essa apresentação na reunião ordinária do dia 30 de janeiro. Então a gente já está vendo, para poder, essa apresentação, ser... eles trazerem uma prestação de contas, o que foi feito. Está bom? Então, dia 30, a gente vai trazer.

**Cons. Alessandro Azoni:** Azoni, do CADES. Eu retifico também acho que a prestação de contas da SP Trans, em relação aos 10 milhões que eles captaram nosso, aqui, para fazer as ciclofaixas, os 50 primeiros km. Acho que seria muito importante. Em relação à arborização, eu também acho muito importante porque a imprensa, de certa forma, ela está vendo de uma forma equivocada, a queda das árvores. Então quer dizer assim, eles não entendem o sistema da legislação ambiental, da proteção que o meio ambiente tem. Então, que cada poda, cada sistema de... cada denúncia que você faz, de uma árvore, existe um processo que é aberto, aonde o subprefeito assina, se responsabilizando pelo crime ambiental de tirar uma árvore sadia. Então eu acho que seria importante, ou nós colocarmos esse ponto em discussão, para fazer um sistema de... que se agilize o processo em caso de árvores que estejam realmente em risco ou em contaminação, estiverem contaminadas. Que não siga esse procedimento tão rígido, que só para fazer o levantamento hoje, demora quase 3 meses, na subprefeitura para você fazer o levantamento de uma árvore, se ela está doente ou se ela está em risco. E se a árvore, por exemplo, ela for... ela colocar em risco, mas ela estiver sadia, eu acho que vem para cá. Vem para cá, justamente para o Secretário autorizar a retirada ou não. Então é um processo que vem a chuva, derruba, destrói, e fala assim: ah, isso é culpa da prefeitura. Então quer dizer, é a legislação ambiental que é rígida. Então a gente teria que fazer uma revisão desse processo para casos críticos, ou casos de contaminação e críticas. Árvores que estão em situação crítica, aquelas que estão com o eixo de gravidade tornado para a rua, já estão com tendência de queda, mesmo sadias, mas elas já estão com queda, que possa agilizar esse processo. Para não ficar tanto nessa... desgastando tanto. Que a imprensa, ela não entende... Eu tive até uma discussão na audiência lá da Lei de Uso e Ocupação do Solo, com Conselheiros do Cadinho. Que eles disseram que isso era uma falta de estrutura das prefeituras. Eu falei: não, é a legislação ambiental. Não, isso é balela. Eu falei: não, é legislação ambiental. É um crime ambiental. Então por isso que é aberto um processo... Então as pessoas não entendem esse rito. Então era bom a gente, ou a gente tentar reduzir um pouco nos casos mais graves. Casos de árvores, realmente, contaminadas, condenadas. Que a gente consiga fazer um... Legalmente com apoio para... tanto para os subprefeitos, como para o Secretário não



ficarem respondendo por crimes ambientais pelo MP. Mas que possa ter uma solução mais rápida, para a prefeitura não sofrer todo esse problema que ela está tendo. Eu acho interessantíssimo esse tema da arborização.

**Secretário Wanderley do Nascimento:** Ainda nesse assunto, é isso mesmo. Acho que é bom esclarecer cada vez mais. A Secretaria do Verde, ela, por lei, por obrigação, ela teria sim, a responsabilidade direta só para as árvores tombadas pelo Patrimônio. E mesmo assim, ela não tem atribuição de fazer o laudo. Nós temos a atribuição só de autorizar o laudo. O que a gente procurou corrigir aqui dentro, que tem também a questão da máquina cansada, arrastada. Então é uma coisa que eu detectei agora, nesse momento aí. Nos últimos 30 dias. Assim, o laudo vinha da subprefeitura, do agrônomo, para a Secretaria. E a Secretaria pegava esse laudo e enviava mais um agrônomo para fazer um outro. Mas não tem sentido isso. Agrônomo é um só. É da prefeitura. Se o laudo da subprefeitura chega aqui, assinado pelo agrônomo, eu tenho que autorizar na hora. Então com isso, a gente ganhou muito, aí. Se vocês... Isso daí não é conversa. Isso é real. Se vocês forem hoje, lá, no protocolo, não tem nenhum processo aqui, para ser autorizado. Deu uma agilidade, e ganhamos aí, um mês, dois meses, dependendo da mesa de quem estava. Agora, eu acho ainda, que essa proposta da Cristina, eu acho que nós temos que envolver o CADES, nós temos que envolver... uma forma de dividir o território. Que eu não sei, também, qual seria. Que eu acho que nós vamos ter que discutir em conjunto. Fazer uma divisão no território de responsabilidade do cuidado, como que vai se cuidar dessas árvores. Eu acho que é isso que eu venho falando. Direto. Acho que assim, a sociedade ela não tem que só, também ir lá e só quando precisa. Ou para votar. Não é isso. Ela tem que participar de forma mais efetiva. E aí cabe à gente criar esses mecanismos. A gente tem como criar esses mecanismos de controle. Eu acho que só assim, a gente vai dar conta. Eu vou dar outro exemplo: então se há uma matéria que eu acho que algum funcionário, de forma desavisada, também, eu acho que... vamos combinar, falou bobagem, sem que... a maioria das árvores estão indo para o lixo, e tal. Mas na verdade, eu fiquei muito chateado. Porque a gente está colocando agora, na prática, um projeto, que todas as árvores têm que ir para o Anhanguera. E aí, tem todo um projeto lá com o Hugo França, que a gente vai fazer agora, uma inauguração aí, simbólica. Nós vamos colocar uma peça do Hugo França lá no Largo da Batata, que é simbólico. Ela vai ser a primeira de uma série. Serão produzidos. Serão espalhadas pela cidade. Aceito aqui, sugestão de nome. Tem que dar um nome para esse projeto. Um nome que vincule... O Hugo França fala muito isso: ele diz que uma árvore não morre. Ela renasce, para ele. Renasce de outra forma. Renasce com arte. Então temos que bolar aí, algum nome, para começar a difundir isso. Ontem, veio um grupo aqui, de jovens, que eu fiquei muito contente também. Na sua maioria aí, entre vinte e poucos anos. Que também querem desenvolver um trabalho, sociedade civil aí, do terceiro setor, de utilização dessas árvores. E devolver para a cidade. Seja em mobiliário urbano, enfim, o que for. Mas são grupos de arquitetos, e uniram várias ONGs, com esse fim. Isso que eu achei interessante. Então têm aí, umas cinco, seis ONGs, fundidas, entre aspas, pensando nesse assunto. Então eu acho que esse é prioridade zero, zero, zero mesmo. Eu acho que outra coisa que a gente tem que difundir, ainda, na questão do verde, há pouco, eu dei uma entrevista sobre isso, que é a questão lá do metro quadrado de área verde por habitante. Eu mesmo tomei a iniciativa de ligar para a Organização Mundial de Saúde... Esse número não é muito firme. Eu não sabia disso. E não tem firmeza científica. Porque todo mundo fala: OMS diz que tem 12 metros quadrados de área verde por habitante. Ele não tem embasamento científico nenhum. Mas é um número. É um número. Assim, é bom que a gente se localize, espacialmente. É só olhar no teu quarto. Que geralmente o nosso quarto tem por aí. Dormitório. 3x4. Aquilo ali lotado de verde, e você ali dentro. Eu acho razoável. Razoável, mas não tem embasamento científico. Mas enfim, pegando esse dado da Organização Mundial de Saúde, nós aqui em São Paulo, estamos com 3,14... 3, vai, que seja, 3 metros quadrados por habitante. Então está bem abaixo. Ainda que empírico, o da OMS, mas estaríamos bem abaixo. Agora, se levar em conta as APAs, nós iríamos para 14. Isso não é para discussão de mérito. Muito pelo



contrário. É para dizer o quê? Que a gente só está respirando, mal e porcamente, por conta das APAs. Então é mais aí, uma discussão que a gente tem que fazer, diuturnamente, para garantir essas áreas aí, poucas, que sobraram na cidade de São Paulo. É isso que está garantindo minimamente, a nossa qualidade de vida na cidade, e ainda. Então daí, eu acho que tem que difundir esse assunto, para que a gente não perca também, essas áreas aí. Outro informe, gente. Eu não sei se todos já sabem, mas fica aqui o convite para o dia 21, que é um projeto importantíssimo para a cidade, que é o Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica, que vai ser feito em parceria com a SOS Mata Atlântica. Então fica o convite aí. Vai ser no Parque Trianon, às 9h30 do dia 21.

**Ellen Simonini:** Aproveitar e pedir ao Secretário para encerrar o trabalho de hoje. Ah, Cristina.

**Cons. Cristina Antunes:** Eu queria acrescentar, Secretário, essa questão da arborização urbana. Eu queria pedir formalmente à Secretaria, qual é a postura com relação à Lei de Uso e Ocupação do Solo. Porque nós temos uma proposta que, como o senhor falou, vai para a Câmara em breve que promove um adensamento populacional e construtivo ao longo da cidade inteira. Na verdade, agora cavam as manchas verdes. Todas estão ameaçadas porque a nova lei propõe, assim, como uma política social, atrair populações próximo a áreas que ainda estão preservadas. É uma questão da criação de novas ilhas de calor. A gente está vendo, tem saído aí na mídia, que essas chuvas torrenciais em São Paulo não acontecem na Cantareira porque a Cantareira não tem o adensamento construtivo e populacional que existe no resto da cidade. E é isso que gera essa carga mais pesada de chuvas localizadas. E realmente, tem sido assim. Não chove na minha casa, mas chove há um quilômetro de distância, uma chuva torrencial. E o projeto não está levando isso em consideração. O PL não considera isso. A prioridade é adensamento construtivo e aproximação de populações aos eixos de transporte. A gente discutiu isso, muito, nas audiências. Propusemos, inclusive, que fossem criados parques lineares ao longo desses eixos de transporte. Porque era uma maneira de amenizar esse impacto. Mas infelizmente, isso não foi considerado. Foi ignorado pela Secretaria. E eu não vejo, já tive um mal estar lá no CADES por causa disso, quando estava na discussão do PDE. Eu não estou sentindo qual é a posição firme da Secretaria, em defesa dessa questão ambiental. Porque (incompreensível) passando... vai passar. Como o senhor falou: o PDE é autoaplicativo em muitos itens. E já estão sendo vendidas áreas enormes para esse fim. A tal da cota ambiental, que é muito benvinda no PDE, é optativa. A pessoa usa se quiser. E obviamente, os empreendedores não têm nenhum interesse. Eles são imediatistas. Não têm nenhum interesse em se valer da cota ambiental. Então nós estamos à beira de uma catástrofe ainda pior do que a que a gente está vivendo hoje. Porque o Plano anterior não dava essa liberdade toda, para adensamento construtivo. Então eu queria solicitar à Secretaria qual é a posição, se isso daqui vai ser defendido pela Secretaria com olhar generoso, na ótica ambiental, nas audiências públicas e na Câmara. Porque nós estamos perdendo essa briga. Se este verão nós estamos sofrendo o que estamos sofrendo, a perspectiva é dez vezes pior. Porque a área, em quilômetros quadrados que vai ser impermeabilizada é inacreditável. E eu não consigo entender como é que a Secretaria fecha os olhos para essa consequência desastrosa que esse projeto vai trazer para a cidade. E outra vez, é uma responsabilidade aqui, da Secretaria. E sobre o nosso projeto, que eu vou mandar, então eu vou mandar essa minuta, o embrião do projeto, a gente tem... no bojo desse projeto, tem essa questão de educação ambiental, não só para as mídias, mas para os próprios moradores, que realmente, muitos deles são contrários à vegetação. E temos tido... Está embutido também, um trabalho com a Eletropaulo. A Eletropaulo, como o senhor disse, deveria já ter... Existe uma lei estadual que obrigava, em 10 anos, enterrar os cabos. Mas, além disso, há uma queixa de que as árvores agravam a sensação de insegurança na cidade, porque obscurecem a iluminação pública. E o que se coloca, e isto é para a prefeitura, porque a iluminação pública é abastecida pela Eletropaulo, mas é executada pela Secretaria de Serviços, se não me engano. Porque todos esses postes de iluminação deveriam estar



abaixo das árvores. E isso tem sido feito em empreendimentos novos. Então tudo isso tem que estar contemplado nessa proposta que eu vou mandar para o senhor como embrião.

**Secretário Wanderley do Nascimento:** Cristina, em relação ao Plano Diretor, a gente tem ficado aqui, bastante atento, inclusive eu pessoalmente, e vão ter vários debates na questão do zoneamento. Um deles, que eu participei de forma mais efetiva, vai ser em relação às zonas industriais e zonas mistas. Porque ainda tem muita zona industrial em local que não tem o menor cabimento de ter mais. Mas na verdade, o Plano Diretor e o zoneamento, ele é reflexo da sociedade. Assim... vai ser o que vai ser possível (incompreensível). Assim... eu acho que esse Plano Diretor, ele está bom. Assim, dentro dos limites do pacto. Agora assim... se você me perguntar se é um Plano Diretor ideal para o Wanderley Meira, o arquiteto, não é. Mas é o plano possível. O Plano que para mim... Então, ele é um reflexo da sociedade. Agora, em relação a essa questão dos parques lineares, a gente está bem atento. O que eu proponho, viu, Ellen, é que a Hélia... vocês façam contato com a Hélia, para que ela faça uma apresentação sucinta, pelo menos. Pelo menos antes de ir para a Câmara, fazer neste fórum aqui. Até onde estão as discussões do zoneamento, de que forma está sendo feito. Qual que é a amplitude disso. Quais são as audiências públicas previstas. Enfim, dar um informe geral do que está acontecendo até agora na discussão do zoneamento. Essa questão dos parques lineares, Cristina, a gente tem que discutir mesmo, e bastante. Há pouco, eu fiquei... eu tive uma informação que aquele tal dos 7,5% previstos no convênio da SABESP para limpeza de córrego, uma parte desses 7,5% ele é carimbado para implantação de parque linear. E que para fazer a gestão desse recurso, tem uma comissão. E que a Secretaria do Verde tem assento. Comissão essa, que nunca se reuniu. Então a gente tem que discutir mesmo essas questões aí. E fazer essas cobranças no momento adequado. Porque a gente está aqui a duras penas, querendo replantar alguns parques lineares que com o tempo, pelo abandono, têm uma série de problemas, e sequer temos recursos previstos para implantação de novos, e, contudo, têm esse recurso voando por aí. Então eu acho que também essa discussão tem que ser democratizada, tem que ser dividida com todos para que, cada um, dentro dos seus limites, faça a sua observação. Eu tive essa observação até por dentro, mesmo, do órgão público. É evidente que eu não vou citar fonte, mas quem me passou essa informação foi gente de dentro do governo do estado. Então, não é uma coisa que ouviu por aí. É real. Agora, isso é uma caixa preta que vai ter que ser aberta. Eu nunca fiz nenhuma discussão, eu nunca fui convidado para nenhuma comissão desse tipo, com base nesse convênio. Eu só sei que esse convênio, na época do governo passado, ele ficava com a sua gestão na Secretaria da Habitação. Que eu não sei também, muito bem, porque está na Habitação. Mas enfim, é lá que eles estavam. Não sei nem se permanecem lá. Mas essa discussão, nós vamos ter que fazer. Eu acho que logo, logo... Então a arborização como é que ficou? A gente vai ter essa discussão dia 30 também, ou vocês vão verificar se cabe na queda, é isso?

**Ellen Simonini:** Isso. No dia 30, vai ser apresentação da prestação de contas, que ficou, dos ecopontos, da CET e da AMLURB. Da Ciclovia, e da AMLURB, dos ecopontos. E vamos tentar ver se a gente consegue trazer a da apresentação também. Eu vou falar com a Hélia, para a gente fazer a apresentação do PDE. Do zoneamento, que o senhor falou.

**Secretário Wanderley do Nascimento:** Não. Da arborização.

**Ellen Simonini:** Da arborização.

**Secretário Wanderley do Nascimento:** Até porque, ao final do mês de setembro, nós vamos ter aqui, o Congresso Brasileiro de Arborização Urbana. Que esta Secretaria aqui vai propor... por isso que nós vamos convidar tanto o Ministério da Cidade quanto o Ministério do Meio Ambiente. Nós vamos estar propondo, pelo menos a gente de São Paulo vai propor isso, que nós vamos reivindicar um Plano Nacional de Arborização. Tem Plano Nacional de Resíduos, têm uma série de planos, e não tem de arborização, até hoje. Ele é de fundamental importância, e tem que discutir para ontem, essa versão. Porque não é possível, mais, a gente estar aqui agora em São Paulo, discutindo





arborização. Se tivesse pelo menos diretrizes gerais no âmbito nacional, nós iríamos conseguir. Então nós vamos propor isso em setembro. Outra observação que eu queria fazer, assim, até para finalizar, têm uma série de pedidos para transformar praças em parques na cidade de São Paulo. Eu acho isso um risco enorme. A gente corre. Daqui a pouco tem tudo quanto é praça cercada de grade. Não é isso que a gente quer. Não é isso o conceito de praça. Isso não tem nada que ver com urbanismo. Isso não tem nada que ver com cidade. Cidade é o contrário. Ela tem que ser aberta. Agora, têm alguns lugares em especial, por isso eu queria compartilhar com vocês... em especial tem um que chama-se Parque Dom Pedro. Que para mim, é o espaço urbano da cidade de São Paulo mais descuidado ao longo da história da cidade de São Paulo. Se teve pouco respeito por eles. Estou falando de todos que passaram por aqui. Inclusive, essa mesma gestão que até hoje, não teve um olhar ali, com a mão, para pelo menos, tentar resolver. Então no caso, em especial do Parque Dom Pedro, eu fiz uma proposta para o prefeito a semana retrasada, que eu falei que eu gostaria muito de mexer no Parque Dom Pedro, até nem enquanto Secretário, mas enquanto arquiteto. Que eu acho que é o mínimo que eles têm que fazer. E aí, ele me deu autorização para isso. E ali eu acho que é um caso específico e especial. Talvez ali sim, você tem que primeiro dar vida para aquilo, tem que dar um uso. Se vocês forem lá... Não sei se têm ido lá ultimamente, mas é gritante a diferença. Vocês têm ali o Catavento. Esse Catavento tem vida. Tem gente circulando, e tem vida. E não tem outro tipo de ocupação que não interessa. Só tem ocupação que interessa. Mas por quê? Porque a administração está presente no parque. Claro, é só por isso. Então nós temos que fazer um projeto ali, de inserir o Catavento no espaço, inserir também o Monumento Histórico ali, que é o Palácio das Indústrias. E colocar algum tipo de uso naquela área ali. Aí sim, talvez ali caiba o parque. Porque aí você tem... mas mais com o intuito de ter administração permanente, e ter vigilância permanente. Para que a gente possa ter um mínimo de controle daquela área tão bonita que é, para a cidade de São Paulo. O Militão ali. Ele teve uma ideia brilhante. Não sei se vocês lembram disso. Que ele tirou uma foto que ele chamou do paredão. Paredão histórico, cultural, da cidade de São Paulo. Ele fez uma panorâmica, que é isso. Todos os monumentos ali... todos não, mas a maioria dos monumentos da cidade de São Paulo, de relevância cultural, estão ali, e histórica. E aí tem uma proposta também, aqui, que foi apresentada na Secretaria, que é uma proposta de se implantar aqui, aquela roda gigante de Londres, de Nova Iorque, que eu acho que vai virar um cartão-postal para a cidade de São Paulo. No início, eu tive ideia de propor lá no Parque Vilas Boas. Por que lá? Porque lá é uma área que a gente precisa implantar um parque. A gente não tem recursos. E aquela área lá, que foi implantada ali, nos governos passados, ali, a área de transbordo, de resíduo, é uma área que tem problema de contaminação, precisa fazer remediação. E remediação não é barato. Então eu pensei, em um primeiro momento, ali. Como contrapartida, no mínimo, tem que resolver isso. Implantar o parque, fazer a manutenção do parque, resolver o problema ambiental ali, de contaminação, etc. Mas quando eu conversei com o prefeito a respeito do parque Dom Pedro, eu mudei de ideia. Falei para o prefeito: a roda tem que ficar no parque Dom Pedro. Aí sim, a gente vai falar de revitalização, na prática. E aí, nós temos que convencer o investidor que está desse jeito, mas ele pode ser o propulsor, e nos ajudar a mudar a cara ali do local. Então está nessa discussão. Ontem eu tive uma conversa com o subprefeito, o Amazonas, para discutir um pouco sobre... Ele gostou, claro. Vai caminhar junto. Eu estou esperando o Fernando Melo voltar também para incluir a SMDU na discussão, porque é a Secretaria fim para isso. E aí eu espero que saia esse projeto aí, no Parque Dom Pedro. Assim, eu acho de... Até que enfim vamos, pelo menos, tornar o Parque Dom Pedro o que ele merece. Porque eu conheço vários projetos ali. Tem projetos do Rui. Não tem nenhum. Não tenho nenhum... Nada contra o Rui. Muito pelo contrário, até porque eu trabalhei com o Rui durante três anos. Gosto muito do Rui. Mas esses projetos, geralmente, eles trazem junto com eles, uma visão muito fora da realidade da administração pública. O projeto do Rui é maravilhoso ali. Não sei se vocês já viram. Mas envolve a recuperação do Tamanduateí. Envolve um espelho d'água enorme. É bonito. Mas eu prefiro que os



nossos netos, pelo menos, vejam alguma coisa. Não os tataranetos. Mas enfim, então eu gostaria, mais uma vez, então, de agradecer vocês. Esse debate aqui sempre é muito bom por isso. A gente acaba ampliando. A Cristina sempre colaborando, trazendo temas polêmicos, e temas interessantes, que a gente não pode fugir dessa discussão na cidade de São Paulo. Isso só tem a colaborar. Porque a hora que uma cidade, um país, ou qualquer órgão tiver uma visão única das coisas, aí é o pior dos mundos. A gente só está aqui por isso. Por isso que é interessante. A vida só é vida, só faz sentido quando você tem essas diversidades. E a natureza é assim. Ela também é diversa. Por isso têm esses gráficos de vai e vem, que tem interferência do homem, mas também tem a própria natureza, que responde essas adversidades. Então mais uma vez, obrigado a todos. E espero que a próxima a gente saia daqui, pelo menos, com uma sinalização da arborização da cidade de São Paulo. Obrigado.

**Wanderley Meira do Nascimento**

Secretário Municipal do Verde e do Meio Ambiente e  
Presidente do Conselho Municipal do Fundo do Meio Ambiente e  
Desenvolvimento Sustentável – FEMA

**Conselheiros Presentes:**

Alessandro Luiz de Oliveira Azzoni  
Maria Cristina Almeida Antunes  
Sandra Glória Teixeira  
Vinicius dos Santos Pereira Reis